

Provas Comentadas - Em PDF



**ESTRATÉGIA
CARREIRA JURÍDICA**

Autor

**Prof.: YASMIN USHARA
DE CARVALHO MOURA
BARBOSA**

9 de Maio de 2024

Olá, pessoal, tudo certo?!

Em 09/07/2023, foi aplicada a prova objetiva do concurso público para **Delegado de Polícia Civil do Estado de Alagoas**. Assim que encerrada, nosso time de professores elaborou o gabarito extraoficial, que, agora, será apresentado juntamente com a nossa **PROVA COMENTADA**.

Este material visa a auxiliá-los na aferição das notas, elaboração de eventuais recursos, verificação das chances de avanço para fase discursiva, bem como na revisão do conteúdo cobrado no certame.

Desde já, destacamos que nosso time de professores identificou 5 questões passíveis de recurso, por apresentarem divergência, ou estarem incompletas, como veremos adiante. No tipo de prova comentado, trata-se das questões 28, 81, 115, 116 e 117.

De modo complementar, elaboramos também o **RANKING da PC-AL**, em que nossos alunos e seguidores poderão inserir suas respostas à prova, e, ao final, aferir sua nota, de acordo com o gabarito elaborado por nossos professores. Através do ranking, também poderemos estimar a nota de corte da 1º fase. Essa ferramenta é gratuita e, para participar, basta clicar no link abaixo:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/simulados/565463ad-b084-49c7-9e73-0189296ae991>

Além disso, montamos um caderno para nossos seguidores, alunos ou não, verem os comentários e comentar as questões da prova:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/cadernos/48b5254e-c48f-4184-9181-0526ecbbe941>

Por fim, comentaremos a prova, as questões mais polêmicas, as possibilidades de recurso, bem como a estimativa da nota de corte no **TERMÔMETRO PÓS-PROVA**, no nosso canal do Youtube. Inscreva-se e ative as notificações!

 **Estratégia Carreira Jurídica - YouTube**

Vocês também poderão acompanhar todos os eventos através deste link:

[Gabarito Extraoficial PC-AL Delegado: confira a correção! \(estrategia.com\)](#)

Esperamos que gostem do material e de todos os novos projetos que preparamos para que avancem rumo à aprovação.

Contem sempre conosco.

Yasmin Ushara,

Coordenação de Metas do Estratégia Carreiras Jurídicas.



PROVA COMENTADA

POLÍCIA CIVIL DE ALAGOAS

Texto CG1A1-I

Entre 2016 e 2020, 35 mil crianças e adolescentes de 0 a 19 anos de idade foram mortos de forma violenta no Brasil - uma média de 7 mil por ano. Além disso, de 2017 a 2020, 180 mil sofreram violência sexual - uma média de 45 mil por ano. É o que revela o documento Panorama da Violência Letal e Sexual contra Crianças e Adolescentes no Brasil, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP).

Segundo o documento, a violência se dá de forma diferente de acordo com a idade da vítima. Crianças morrem, com frequência, em decorrência da violência doméstica, perpetrada por um agressor conhecido. O mesmo vale para a violência sexual contra elas, cometida dentro de casa, por pessoas próximas. Já os adolescentes morrem, majoritariamente, fora de casa, vítimas da violência armada urbana e do racismo.

Conforme os dados constantes no referido documento, a maioria das vítimas de mortes violentas é adolescente. Das 35 mil mortes violentas de pessoas com idade até 19 anos identificadas entre 2016 e 2020, mais de 31 mil tinham idade entre 15 e 19 anos. A violência letal, nos estados com dados disponíveis para a série histórica, teve um pico entre 2016 e 2017, e vem caindo, voltando aos patamares dos anos anteriores. Ao mesmo tempo, o número de crianças de até 4 anos de idade vítimas de violência letal aumenta, o que traz um sinal de alerta.

“A violência contra a criança acontece, principalmente, em casa. A violência contra adolescentes acontece na rua, com foco em meninos negros. Embora sejam fenômenos complementares e simultâneos, é crucial entendê-los também em suas diferenças, para desenhar políticas públicas efetivas de prevenção e resposta às violências”, afirma Florence Bauer, representante do UNICEF no Brasil.

Os dados publicados no panorama foram obtidos pelo FBSP, por meio da Lei de Acesso à Informação. Foram solicitados a cada estado brasileiro os dados de boletins de ocorrência dos últimos cinco anos, referentes a mortes violentas intencionais (homicídio doloso; feminicídio; latrocínio; lesão corporal seguida de morte; e mortes decorrentes de intervenção policial) e violência sexual (estupros e estupros de vulneráveis) contra crianças e adolescentes. Essas informações não são sistematicamente reunidas e padronizadas, tratando-se, portanto, de uma análise inédita e essencial para a prevenção e a resposta à violência contra meninas e meninos.

Fonte: Internet: <www.unicef.org> (com adaptações)

Em relação às ideias veiculadas no texto CG1A1-I, julgue os itens que se seguem.

QUESTÃO 01. Inere-se das informações do texto que, de acordo com o documento mencionado, desde 2018 o número de crianças de até 4 anos de idade mortas em decorrência de violência tem sido maior que o número de adolescentes mortos na mesma circunstância.

Comentários

ERRADO

A questão está incorreta. Houve uma extrapolação. O texto apenas permite dizer que o número de crianças de até 4 anos de idade vítimas de violência letal aumenta, mas não que este número é superior ao de adolescentes. Logo, não é possível afirmar que o número de crianças de até 4 anos de idade mortas em decorrência de violência tem sido maior que o número de adolescentes mortos na mesma circunstância.



QUESTÃO 02. De acordo com a citação apresentada no quarto parágrafo, a efetividade das políticas públicas voltadas para o combate à violência contra crianças e à violência contra adolescentes está relacionada ao entendimento das diferenças existentes entre essas duas formas de violência.

Comentários

CERTO

A questão está correta. É justamente o que o texto diz no trecho: “Embora sejam fenômenos complementares e simultâneos, é crucial entendê-los também em suas diferenças, para desenhar políticas públicas efetivas de prevenção e resposta às violências”, presente no quarto parágrafo. A questão, portanto, traz uma paráfrase do texto.

QUESTÃO 03. Com base no referido documento do UNICEF e do FBSP, o CC texto mostra que a violência sofrida pelos adolescentes, diferentemente daquela sofrida pelas crianças, tem origem predominantemente fora do ambiente doméstico.

Comentários

CERTO

A questão está correta. É justamente o que o texto diz no trecho: “Já os adolescentes morrem, majoritariamente, fora de casa, vítimas da violência armada urbana e do racismo.” A questão, portanto, traz uma paráfrase do texto.

A respeito de aspectos gramaticais e semânticos do texto CG1A1-I, julgue os itens subsequentes.

QUESTÃO 04. O período “Crianças morrem, com frequência, em decorrência da violência doméstica, perpetrada por um agressor conhecido.” (segundo parágrafo) poderia ser reescrito, com manutenção das ideias e da correção gramatical do texto, da seguinte forma: “Crianças morrem, frequentemente, decorrente da violência doméstica, cujo agressor é conhecido.”

Comentários

ERRADO

A questão está incorreta. A questão trocou a expressão “em decorrência de”, que é uma locução prepositiva, pela expressão “decorrente da”, que é um adjetivo. A frase, portanto, fica incorreta, pois na forma reescrita, o adjetivo não tem um referente, ou seja, um substantivo ao qual se relacione. Ademais, a palavra “cujo”, utilizada na reescritura, dá uma ideia de posse; no entanto, não há valor de posse para o agressor, mas sim valor de agente da ação.

QUESTÃO 05. No segundo período do quinto parágrafo, a substituição da locução verbal “Foram solicitados” pela forma correspondente no singular – Foi solicitado – prejudicaria a correção gramatical do texto.

Comentários

CERTO



A questão está correta. A expressão “foram solicitados” está concordando com o sujeito posposto “dados”. Caso houvesse tal substituição, a correção gramatical realmente ficaria prejudicada, pois a expressão “foi solicitado” não concorda com o sujeito “dados”, que está no plural.

QUESTÃO 06. Estariam preservadas a correção gramatical e a coerência da organização das ideias do segundo parágrafo caso os dois primeiros períodos fossem unidos em um só, substituindo-se o ponto que segue a palavra “vítima” (primeiro período) por vírgula, desde que feitos os devidos ajustes de maiúscula e minúscula.

Comentários

ERRADO

A questão está incorreta. Caso tal substituição fosse feita, tanto a correção gramatical quanto a coerência ficariam prejudicadas, ficando a frase sem sentido. Cada informação deve ficar em período próprio.

QUESTÃO 07. A forma verbal "teve" (terceiro período do terceiro parágrafo) veicula, no texto, o mesmo sentido de “aconteceu”.

Comentários

ERRADO

A questão está incorreta. A forma verbal “teve” traz uma ideia de posse, e não de acontecer. Observe que, substituindo o verbo “teve” por “aconteceu”, a frase perde o sentido.

QUESTÃO 08. A substituição da locução verbal “vem caindo” (terceiro período do terceiro parágrafo) por “tornou a cair” manteria a correção gramatical do texto, mas não os seus sentidos.

Comentários

CERTO

A questão está correta. A locução verbal “vem caindo” marca uma ação que acontece do passado até o presente; o uso do verbo “cair” no gerúndio, indica uma ação contínua do passado ao presente. Se a substituição for realizada, o sentido mudará, pois a utilização do verbo “tornar”, na locução “tornou a cair”, traz ideia de algo que não acontecia antes e voltou a acontecer. Em outras palavras, a locução verbal “vem caindo” traz uma ideia de constância, continuidade, enquanto a locução verbal “tornou a cair” traz ideia de mudança de estado.

QUESTÃO 09. No último período do texto, o termo “Essas informações” exerce a função de sujeito das orações expressas pelas formas verbais “são” e “tratando-se”.

Comentários

ERRADO

A questão está incorreta. O verbo "tratando-se" tem sujeito indeterminado. A partícula “se”, quando acompanha o verbo “tratar”, é índice de indeterminação do sujeito. O termo “essas informações” é sujeito apenas da forma verbal “são”.



QUESTÃO 10. A substituição da expressão “Ao mesmo tempo” (último período do terceiro parágrafo) por “Ao passo que” prejudicaria a coesão e a correção gramatical do texto.

Comentários

CERTO

A questão está correta. Ambas as expressões têm o mesmo sentido, que é o sentido de “tempo simultâneo”. Em tese, não haveria prejuízo. No entanto, quando se coloca o conector “ao passo que” no lugar de “ao mesmo tempo”, cria-se uma incoerência: ficará faltando uma oração principal, na sequência, para dar continuidade a ele.

Texto CG1A1-II

O ordenamento jurídico pátrio, embasado pela Constituição Federal de 1988, apresenta capítulo próprio para a defesa do meio ambiente – algo que nunca havia ocorrido antes na história das constituições brasileiras. O artigo 225 da Carta Magna transmite a ideia da imprescindibilidade de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, criando o dever, tanto para o poder público quanto para a coletividade, de sua preservação. Esse comando é subjacente a todas as relações da República, sejam elas travadas sob a ordem econômico-financeira, sejam elas derivadas da gestão de direitos e garantias individuais e coletivos. Ou seja, tudo deverá passar pelo crivo do meio ambiente sadio e equilibrado para a presente e as futuras gerações.

O Supremo Tribunal Federal, por sua vez, aduziu a interpretação de que o meio ambiente ecologicamente equilibrado inscrito na Carta Cidadã faz parte do rol de cláusulas pétreas, mas, por não estar contido no parágrafo 4º do artigo 60, é tido como uma cláusula pétrea heterotópica, pela sua posição topográfica em outro capítulo. Diante disso, consagra-se que toda atividade passível de gerar impacto no meio ambiente deverá ser bem discutida, de modo a evitar quaisquer interferências negativas ao equilíbrio ambiental. Além disso, inúmeros princípios foram pulverizados nas legislações esparsas que dão supedâneo ao compromisso inarredável de um meio ambiente livre e contínuo em sua função.

Mais recentemente, o legislador ordinário, na esteira da campanha internacional para com os cuidados do meio ambiente e dos animais, acrescentou novos parágrafos ao art. 32 da Lei nº 9.605/1998 (que dispõe sobre penalidades às ações lesivas ao meio ambiente), por meio da Lei nº 14.064/2020. Com isso, trouxe o aumento de pena para os atos de maus-tratos, ferimentos, mutilações, entre outros, contra cães e gatos. Uma inovação na matéria, pois confere proteção específica, de forma exclusiva e precisa, a dois animais domesticáveis que fazem parte da convivência de uma grande parcela do povo brasileiro.

Primeiramente, é imprescindível analisar tal sanção no que se refere aos animais silvestres, domésticos ou domesticados (da nossa fauna ou de outros países, mas que aqui se encontrem), sem a especificação de nenhuma espécie, nenhum epíteto. Ora, a pena é de detenção, de três meses a um ano, e multa. No entanto, com o parágrafo 1º-A, há uma rotação inevitável de aumento de pena para tais condutas quando estas forem desferidas contra cães e gatos, e uma sanção de reclusão, de dois anos a cinco anos, multa e proibição da guarda. Certamente, trata-se de situação peculiar e que traz implicações de várias searas ao ordenamento jurídico.

Fonte: Internet: <<https://jus.com.br>> (com adaptações)

Com base nas ideias do texto CG1A1-II, julgue os itens seguintes.

QUESTÃO 11. O texto trata da presença da questão ambiental na Constituição Federal de 1988 como um avanço em relação às constituições brasileiras anteriores.

Comentários



CERTO

A questão está correta. O uso da expressão “algo que nunca havia ocorrido antes na história das constituições brasileiras” traz uma ideia de avanço em relação às constituições brasileiras anteriores.

QUESTÃO 12. Destaca-se, no texto, uma crítica à localização do capítulo referente ao meio ambiente na Constituição Federal de 1988, uma vez que a questão não é inserida no rol de cláusulas pétreas presente no artigo 60.

Comentários

ERRADO

A questão está incorreta. Não há propriamente uma crítica; há apenas uma exposição de tais informações.

QUESTÃO 13. Evidencia-se, no texto, a ideia de que, não fosse o tratamento dado à questão ambiental na Constituição Federal de 1988, o meio ambiente sadio e equilibrado para a presente e para as futuras gerações estaria seriamente ameaçado.

Comentários

ERRADO

A questão está incorreta. A questão trouxe uma extrapolação, pois o texto não menciona que o meio ambiente estaria seriamente ameaçado.

Julgue os seguintes itens, que se referem a aspectos linguísticos do texto CG1A1-II.

QUESTÃO 14. No primeiro parágrafo, o vocábulo “subjacente” (terceiro período) indica a forma não explícita como o crivo do meio ambiente sadio e equilibrado para a presente e as futuras gerações está presente em todas as relações da República.

Comentários

CERTO

A questão está correta. “Subjacente” é sinônimo de implícito. Quando o texto diz que “Esse comando é subjacente a todas as relações da República”, traz-se a ideia de presença não explícita.

QUESTÃO 15. A expressão “para com os cuidados” (primeiro período do terceiro parágrafo) poderia ser substituída por “que visa aos cuidados”, sem prejuízo da correção gramatical e da coerência do texto.

Comentários

CERTO

A questão está correta. O verbo “visar” com o sentido de “almejar” é transitivo indireto, pedindo a preposição “a”. Logo, correta a forma “visa aos”, em que o termo “aos” é a junção da preposição “a”, relativa ao verbo transitivo indireto, com o artigo “os”, relativo ao substantivo “cuidados”.

QUESTÃO 16. No primeiro período do último parágrafo, a expressão “nenhum epíteto” reforça a ideia do termo “nenhuma espécie”, visto que ambos apresentam o mesmo sentido do texto.



Comentários

CERTO

A questão está correta. Com a utilização das duas expressões de maneira seguida, o autor apenas repetiu a mesma ideia, utilizando-se de expressões sinônimas no contexto.

QUESTÃO 17. O vocábulo “implicâncias” (último período do último parágrafo) tem, no texto, o mesmo sentido de “implicações”.

Comentários

CERTO

A questão está correta. Ambas possuem o mesmo sentido no contexto apresentado, qual seja de “consequência”, “decorrência”.

QUESTÃO 18. Caso a expressão “a todas” fosse suprimida do terceiro período do primeiro parágrafo, o sinal indicativo de crase deveria ser necessariamente empregado no vocábulo “as” que precede “relações”, para que a correção gramatical do texto fosse mantida.

Comentários

CERTO

A questão está correta. Observe que o termo “subjacente” pede a preposição “a”. Ademais, o substantivo “relações” está precedido do artigo “as”, a ele relativo. Portanto, a preposição “a”, relativa ao termo “subjacente”, somada a “as”, artigo relativo ao substantivo “relações”, contraem-se, devendo haver sinal indicativo de crase.

QUESTÃO 19. A supressão das vírgulas que isolam a expressão “entre outros” (segundo período do terceiro parágrafo) manteria a correção gramatical do texto.

Comentários

ERRADO

A questão está incorreta. A expressão “entre outros” é explicativa; logo, as vírgulas que a isolam são obrigatórias, não sendo possível suprimi-las.

QUESTÃO 20. A correção gramatical do texto seria prejudicada caso o segmento “no meio ambiente” (segundo período do segundo parágrafo) fosse substituído por “sobre o meio ambiente”.

Comentários

ERRADO

A questão está incorreta. Tal substituição não ocasionaria prejuízo. A preposição “sobre” traz a ideia de “em cima de”, ou seja, ideia de uma "posição superior". E, de fato, o impacto vem de uma posição superior em relação ao meio ambiente. Logo, não haveria erro gramatical.

Julgue os próximos itens, relativos a procedimentos associados a Internet/intranet e ao sistema operacional Windows.



QUESTÃO 21. Caso se pretenda criar uma rede de acesso específico e restrito a uma delegacia com três departamentos, é descabida a utilização de uma intranet, pois ela restrita um único departamento, sendo necessárias, nessa situação, três redes intranets - uma para cada departamento - ou uma extranet que ligue os três departamentos.

Comentários

ERRADO

A questão está incorreta, pois a intranet não estará restrita a um único departamento e não é necessária uma intranet para cada departamento.

A intranet é sim uma rede privada indicada para comunicação interdepartamental, com o fim de reduzir custos e aumentar a celeridade, sendo cabível sua utilização caso se pretenda criar uma rede de acesso específico e restrito a uma delegacia com três departamentos, mas ela não estará restrita a cada um deles.

QUESTÃO 22. Considere que, em uma delegacia, seja necessário compartilhar um local de armazenamento de arquivos, de modo que agentes e delegado acessem e armazenem arquivos que sejam sincronizados e acessíveis em qualquer dispositivo. Nesse caso, a contratação de serviço de armazenamento na nuvem, como iCloud, Google Drive, Dropbox, entre outros, atenderia aos requisitos e facilitaria compartilhamento para todos os envolvidos.

Comentários

CERTO

A questão está correta, pois o armazenamento na nuvem vai favorecer o trabalho colaborativo e a característica de amplo acesso aos serviços da rede irá possibilitar que os agentes e o delegado consigam acessar a informação de qualquer lugar, desde que possua equipamento conectado à internet com um navegador.

QUESTÃO 23. No Windows 10, caso haja necessidade de sincronizar tema e senha associados à conta do usuário, é possível escolher a opção Sincronizar configurações, nas configurações de conta do aplicativo Configurações, a qual, uma vez ativada, permite a sincronização dessas definições em todos os dispositivos Windows 10 em que o usuário iniciar a sessão com a sua conta Microsoft.

Comentários

CERTO

A questão está correta. Atualmente, uma das características do Windows 10 é o oferecimento de contas de usuário da Microsoft, onde a pessoa com e-mail cadastrado faz login e pode compartilhar informações por meio da nuvem. Assim, ela poderá, a partir de uma mesma conta, acessar histórico de transferência, temas (conjunto de cores, pano de fundo, papel de parede), senhas, etc.

No Windows 10, a tela de Configurações pode ser acessada por meio da tecla de atalho *Windows+I*, item Contas, opção Lembrar minhas preferências (obtenha acesso rápido às suas preferências em todos os produtos da Microsoft), que permite guardar a senha e outras configurações do Windows.

QUESTÃO 24. No Windows 10, o *Windows Defender SmartScreen* protege o computador contra conteúdo não seguro da Web, assim como contra softwares mal-intencionados, e envia dados à Microsoft sobre os sites que o usuário acessa bem como sobre os arquivos baixados.

Comentários



ERRADO

A questão está incorreta, pois a afirmação é parcialmente correta. O *Windows Defender SmartScreen* é uma funcionalidade do Windows 10 que ajuda a proteger o computador contra sites e downloads potencialmente perigosos. Ele exibe avisos ou bloqueia o acesso a sites considerados maliciosos e também alerta sobre downloads de arquivos suspeitos. No entanto, não envia automaticamente dados à Microsoft sobre os sites que o usuário acessa ou os arquivos baixados. A funcionalidade *SmartScreen* opera localmente no computador do usuário e não compartilha informações com a Microsoft, a menos que o usuário escolha enviar um relatório de segurança opcionalmente. Portanto, a declaração está incorreta em relação ao envio automático de dados à Microsoft.

QUESTÃO 25. As nomenclaturas de arquivo Arquivo1*.docx, arquivo2<.pdf e arquivo:3.xlsx não são aceitas no Windows 11.

Comentários

CERTO

A questão está correta. São nove os caracteres não aceitos em nomes de arquivos ou diretórios no Windows 11:

\/ : * ? “ < > | (barra invertida, barra, dois pontos, asterisco, interrogação, aspas, menor que, maior que, pipe)

Assim, os nomenclaturas da questão não são aceitas. Vejamos

Arquivo1*.docx não é aceito, pois contém *

arquivo2<.pdf não é aceito, pois contém <

arquivo:3.xlsx não é aceito, pois contém :

Em relação à segurança na Internet, periféricos de computadores, computação em nuvem e editores de texto e planilhas eletrônicas, julgue os seguintes itens.

QUESTÃO 26. Suponha que seja necessário criar, na última página de determinado boletim de ocorrência elaborado no Microsoft Word 365, um vínculo, sob a forma de link, com um gráfico inserido no início do boletim, de modo que, ao clicar nesse link, o usuário seja direcionado até o gráfico. Nessa situação esse vínculo pode ser criado no Microsoft Word 365, por meio da funcionalidade Referência cruzada, que permite o acesso direto a outras partes do documento por meio de links.

Comentários

CERTO

A questão está correta. Tal funcionalidade está disponível ao acessar o Microsoft Word 365, Inserir, Links, Referência Cruzada.

Vejamos a descrição da funcionalidade Inserir Referência Cruzada: “Faça referência a lugares específicos no seu documento, como títulos, ilustrações e tabelas. Uma referência cruzada é um hiperlink no qual o rótulo é gerado automaticamente. É ótimo para o caso de você querer incluir o nome do item ao qual está fazendo referência”.

Logo, a Referência Cruzada é uma espécie de link para outras partes do documento ou trecho de um arquivo do Word.



O Link, por sua vez, comumente se refere a um conteúdo da internet e é assim descrito: “Criar um link no documento para rápido acesso a páginas da Web e arquivos. Os hiperlinks também podem levá-lo a locais no documento.”

QUESTÃO 27. No Windows 11, o Microsoft Defender Antivírus é usado como o principal aplicativo para a realização de varreduras de malwares, por meio da verificação contínua de arquivos e pela realização de backups como prevenção de perda no caso de ataque por *ransomware*.

Comentários

ERRADO

A questão está incorreta, pois a afirmação é parcialmente correta. A primeira parte da questão (O Microsoft Defender Antivírus é usado como o principal aplicativo para a realização de varreduras de malwares, por meio da verificação contínua de arquivos) está certa. O Microsoft Defender Antivírus é, de fato, uma ferramenta que acompanha o Windows e que realiza a varredura de programas maliciosos.

Entretanto, a segunda parte da questão (e pela realização de backups como prevenção de perda no caso de ataque por *ransomware*) está errada, tendo em vista que o antivírus não faz backup, ainda que a realização de backup seja uma forma de mitigar ataques de *ransomware*.

QUESTÃO 28. Embutida dentro dos processadores modernos, a memória buffer minimiza o desequilíbrio de velocidade entre o processador e a memória principal e, por meio do armazenamento dos dados e das instruções mais frequentemente utilizadas pelo processador, permite que estes sejam acessados mais rapidamente.

Comentários

ERRADO

A questão está incorreta, sendo passível de recurso.

A princípio, a questão estaria incorreta, pois a descrição refere-se à memória cache, e não à memória Buffer. Entretanto, não é errado dizer que a memória cache utiliza a memória Buffer, cujo conceito raso se refere à ideia de banco de memória e busca antecipada do conteúdo que será acessado pelo usuário.

A memória cache, por sua vez, também pode utilizar mecanismos de busca antecipada. Assim, as técnicas utilizadas pela memória cache podem se referir à utilização de Buffer em busca antecipada e à previsão de desvios para aumentar o desempenho do processador.

Entretanto, aparentemente a banca quis se referir à memória cache na questão, de forma que o gabarito deverá ser errado por questões de terminologia, eis que o Buffer é, na verdade, um banco de memória e o conceito trazido na questão se refere à memória cache.

Se o gabarito for correto, o respaldo para recurso se encontra na doutrina de Austin Tanenbaum, em “Organização Estruturada de Computadores”:

“2.2.5 Memória cache.

Historicamente, as CPUs sempre foram mais rápidas do que as memórias. Conforme as memórias melhoraram as CPUs também melhoraram, mantendo o desequilíbrio. Na verdade, à medida que fica possível colocar cada vez mais circuitos em um chip, os projetistas de CPU estão usando essas novas facilidades no paralelismo (pipelining) e em operação superescalar, fazendo com que as CPUs fiquem ainda mais velozes. Projetistas de memória costumam usar nova tecnologia para aumentar a capacidade de seus chips, e não a velocidade, portanto parece que os problemas estão ficando piores com o passar do tempo. Na prática, o significado desse



desequilíbrio é que, após emitir uma requisição de memória, a CPU não obterá a palavra de que necessita por muitos ciclos de CPU. Quanto mais lenta a memória, mais ciclos a CPU terá de esperar.

A ideia básica de uma cache é simples: as palavras de memória usadas com mais frequência são mantidas na cache. Quando a CPU precisa de uma palavra, ela examina em primeiro lugar a cache. Somente se a palavra não estiver ali é que ela recorre à memória principal. Se uma fração substancial das palavras estiver na cache, o tempo médio de acesso pode ser muito reduzido.”

QUESTÃO 29. Considere que um agente de polícia tenha de enviar 9 arquivos, por meio da Internet, da rede da delegacia para o diretório do Instituto de Medicina Legal (IML), o qual é configurado em nuvem sob a forma de *laaS*. Nesse caso, para evitar o *phishing*, que é a infecção de arquivos por *spyware*, o referido agente deve proceder à varredura, por meio de antivírus, da rede da delegacia antes de gravar os arquivos na nuvem do IML.

Comentários

ERRADO

A questão está incorreta.

Primeiramente, o uso da *laaS* (Infraestrutura como Serviço) com o intuito de enviar arquivos da rede da delegacia para o diretório do IML já causa estranheza, pois a ideia da *laaS* é a utilização de instâncias, de máquinas virtuais e é comum que sejam desenvolvidas aplicações para que o agente de polícia possa armazenar esses arquivos de modo amigável nesse computador da nuvem.

Entretanto, é mais tranquilo entender que o erro da questão se encontra no fim da assertiva, pois o *phishing* não é a infecção de arquivos por *spyware*. O *phishing* é uma fraude financeira, uma engenharia social, um golpe. Além disso, o antivírus não combate o *phishing*.

QUESTÃO 30. Considere a próxima planilha, criada no Microsoft Excel 365.

Suponha que o usuário tenha selecionado somente as células de B2 a B 8 na coluna B; em seguida, selecionando a opção na guia Dados; e, por fim, escolhido a opção Continuar com a seleção atual no aviso de classificação. Nessa situação, ao se realizar a classificação, é obtido o resultado expresso na planilha a seguir.

Comentários

ERRADO

A questão está incorreta. A opção indicada na assertiva se refere à opção de Classificação Crescente, presente na guia Dados. Segundo a assertiva, o usuário continuou com a seleção atual, que abrange somente a coluna B. Assim, a coluna A vai ficar estática, pois a seleção atual não foi estendida.

Se ele tivesse estendido a seleção, os números da coluna A iriam acompanhar os nomes da coluna B à medida que usuário classificasse as linhas. Mas o fato de o usuário ter continuado com a seleção atual vai fazer com que ele coloque apenas as praias em ordem alfabética (crescente) e mantenha e mantenha os números da coluna A inalterados. Assim, a questão está incorreta, pois no resultado apresentado, os números estão ordenados quando, em verdade, deveriam ter ficado estáticos.

Em relação aos crimes contra a pessoa e contra a fé pública, julgue os itens a seguir.



QUESTÃO 31. Segundo o Superior Tribunal de Justiça, não caracteriza bis in idem o reconhecimento das qualificadoras de motivo torpe e feminicídio no homicídio praticado contra mulher em situação de violência doméstica e familiar.

Comentários

CERTO

A questão está correta. De acordo com entendimento do STJ, exarado no HC n. 430.222/MG, não configura bis in idem a incidência conjunta das qualificadoras do feminicídio e do motivo torpe nas hipóteses de delito praticado contra a mulher em situação de violência doméstica e familiar, pois aquela tem natureza objetiva, ou seja, dispensa aferição acerca do animus do agente, enquanto esta última possui caráter subjetivo.

QUESTÃO 32. Segundo o Supremo Tribunal Federal, não é imprescritível o crime de injúria racial, previsto no art. 140, § 3, do Código Penal.

Comentários

ERRADO

A questão está incorreta. Conforme o artigo 5º, XLII, da Constituição Federal: “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei”. O plenário do STF, no julgamento do HC n. 154.248/DF, reconheceu a imprescritibilidade do crime de injúria racial, por entender que este tipo penal é espécie do gênero racismo, dotado de imprescritibilidade pelo art. 5º, XLII da Constituição Federal.

QUESTÃO 33. A retratação da calúnia feita antes da sentença acarreta a extinção da punibilidade do agente, independentemente de aceitação do ofendido.

Comentários

CERTO

A questão está correta. Conforme se depreende do artigo 143 do Código Penal “o querelado que, antes da sentença, se retrata cabalmente da calúnia ou difamação, fica isento de pena”. Nesses termos, embora a lei não trate a respeito da aceitação do ofendido, o STJ exarou entendimento, no bojo do julgamento da APn 912/RJ, veiculado no informativo n. 687, de que a retratação realizada no contexto dos crimes de calúnia ou difamação não é ato bilateral, ou seja, independe da aceitação do ofendido para produzir efeitos penais.

QUESTÃO 34. A instigação à prática da automutilação ou a prestação de auxílio material para que a vítima o faça configura o crime de lesão corporal, que pode variar conforme a gravidade da lesão.

Comentários

ERRADO

A questão está incorreta. O tipo penal trazido pela questão se refere ao crime de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou automutilação, consoante se depreende do art. 122 do Código Penal. Se da automutilação resulta lesão grave ou gravíssima, configurado estará a modalidade qualificada do delito, constante no art. 122, §1º do CP: “Se da automutilação ou da tentativa de suicídio resulta lesão corporal de natureza grave ou gravíssima, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 129 deste Código: Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos.”



QUESTÃO 35. A conduta de atribuir-se falsa identidade perante autoridade policial é atípica quando ocorre em evidente exercício de autodefesa.

Comentários

ERRADO

A questão está incorreta. O princípio da autodefesa, que inclui o direito de permanecer calado, previsto no artigo 5º, LXIII, da CF, prevê: “o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado”.

Tal dispositivo, todavia, de acordo com a súmula n. 522 do STJ, não abrange a atribuição de falsa identidade: “A conduta de atribuir-se falsa identidade perante autoridade policial é típica, ainda que em situação de alegada autodefesa.”

Pedro ingressou na residência de sua avó Teresa e subtraiu o pequeno cofre do quarto, levando-o para um beco. Sem saber o segredo do cofre, abriu-o com um maçarico e subtraiu as jóias de seu interior. Em seguida, levou as peças a uma tradicional joalheria da cidade e vendeu-as a João, comerciante de 20 anos, que comprou os objetos sem se importar em apurar a origem. Considerando essa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

QUESTÃO 36. O prazo prescricional do crime cometido por João será reduzido pela metade e eventual recebimento da denúncia interromperá a prescrição.

Comentários

CERTO

A questão está correta. O Código Penal, em seu art. 115, prescreve a redução dos prazos prescricionais à metade, caso o agente fosse, ao tempo do crime, menor de 21 anos. Ademais, o recebimento da denúncia configura uma das hipóteses de interrupção da prescrição, trazida no art. 117, I do CP.

QUESTÃO 37. O ato praticado por Pedro configura crime de furto qualificado pelo rompimento de obstáculo e o praticado por João, crime de receptação qualificada.

Comentários

CERTO

A questão está correta. De acordo com o art. 155, §4º, I, do CP configura uma das modalidades de furto qualificado o rompimento de obstáculo para se proceder à subtração do objeto. Portanto, ao romper a proteção, com uso de maçarico, trazida pelo cofre, Pedro incorre no delito insculpido no art. 155, §4º, I, do CP.

Por sua vez, o crime de receptação qualificada, trazido pelo CP no seu art. 180, §1º, ocorre quando o agente adquire, recebe, transporta, conduz, oculta, tem em depósito, desmonta, remonta ou monta, vende, expõe à venda, ou de qualquer forma utiliza, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, coisa que deve saber ser produto de crime. Sendo assim, João adquiriu o bem agindo em dolo eventual, uma vez que, conforme determinação legal, “deveria saber” ser produto de crime.

QUESTÃO 38. Em se tratando do crime cometido por Pedro, é prevista a exclusão de ilicitude em razão de Pedro ser neto da vítima, bastando, para tanta, que não haja a representação.

Comentários



ERRADO

A questão está incorreta. O caso em questão ilustra uma hipótese de escusa absolutória aplicada aos crimes contra o patrimônio, conforme estabelece o artigo 181, II, do CP: “É isento de pena quem comete qualquer dos crimes previstos neste título, em prejuízo: (...) II - de ascendente ou descendente, seja o parentesco legítimo ou ilegítimo, seja civil ou natural.”

Nestes termos, as escusas absolutórias não trazem a exclusão da ilicitude, mas sim uma isenção de pena, excluindo a punibilidade do agente.

De mais a mais, a alteração do tipo da ação penal nos crimes patrimoniais, trazida no artigo 182 do CP, caracteriza uma escusa absolutória parcial e não causa de exclusão da punibilidade: “Somente se procede mediante representação, se o crime previsto neste título é cometido em prejuízo: I - do cônjuge desquitado ou judicialmente separado; II - de irmão, legítimo ou ilegítimo; III - de tio ou sobrinho, com quem o agente coabita.”

No que diz respeito ao direito penal, julgue os itens a seguir.

QUESTÃO 39. Nos casos de desistência voluntária e arrependimento eficaz, o agente não responde por crime tentado, mas apenas pelos atos delitivos já praticados.

Comentários

CERTO

A questão está correta. Os institutos da desistência voluntária e do arrependimento eficaz, chamados pela doutrina de “ponte de ouro”, ocorrem quando o próprio agente voluntariamente desiste de prosseguir na execução (desistência voluntária) ou impede que o resultado se produza (arrependimento eficaz).

Conforme o art. 15 do CP, nesses casos, o agente responderá tão somente pelos atos já praticados: “o agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados”.

Sendo assim, não responderá pela tentativa, mas sim pelos atos que efetivamente realizou.

QUESTÃO 40. Configurado o concurso formal impróprio ou o crime continuado, adota-se o sistema da exasperação da pena.

Comentários

ERRADO

A questão está incorreta. O sistema de exasperação da pena configura uma das modalidades de aplicação das penas no concurso de crimes, no qual impõe-se somente a pena mais grave ou, se igual, qualquer delas, o aumento de 1/6 a 1/2, no caso de concurso formal próprio, ou de 1/6 a 2/3 no caso de crime continuado (artigos 70, primeira parte, e 71, ambos do CP).

Em se tratando de concurso formal impróprio, que ocorre quando a pluralidade de crimes emana de desígnios autônomos (art. 70, segunda parte), aplica-se o cúmulo material, ou seja, a soma das penas de todos os crimes praticados, senão vejamos: “(...) As penas aplicam-se, entretanto, cumulativamente, se a ação ou omissão é dolosa e os crimes concorrentes resultam de desígnios autônomos, consoante o disposto no artigo anterior”.



QUESTÃO 41. Caracteriza erro de proibição direto o fato de o agente supor ser lícita uma conduta que é proibida no ordenamento jurídico, diferentemente do delito putativo que é caracterizado pelo fato de o agente praticar uma conduta que acredita ser proibida, mas que, na verdade, é um indiferente penal.

Comentários

CERTO

A questão está correta. O CP estabelece, em seu art. 21, que o desconhecimento da lei é inescusável, pois o direito brasileiro parte de uma ficção jurídica ao criar uma presunção absoluta no sentido de que, uma vez publicada, a lei é do conhecimento obrigatório de todas as pessoas.

A doutrina subdivide o erro de proibição em duas espécies:

- 1) Erro de proibição direto, no qual a falsa percepção da realidade recai sobre a norma proibitiva ou qualquer um de seus elementos, ou seja, o sujeito age desconhecendo que sua conduta é ilícita; e
- 2) Erro de proibição indireto, que ocorre quando o agente erra sobre a existência ou sobre os limites de uma causa de justificação.

Já o crime putativo ocorre quando o agente acredita que pratica um crime, mas na verdade não o faz, pois o fato praticado por ele não é tipificado como crime.

QUESTÃO 42. A liberação do preso internado em hospital de custódia será sempre condicional, devendo ser restabelecida a situação anterior se o agente, antes do decurso de um ano, praticar fato indicativo de persistência de sua periculosidade.

Comentários

CERTO

A questão está correta. De acordo com o art. 97, §3º, do CP, a desinternação ou liberação do agente a quem foi aplicada medida de segurança será sempre condicional, pois a medida de segurança poderá ser restabelecida se, no prazo de 1 ano, o agente praticar algum fato indicativo da manutenção de sua periculosidade, senão vejamos: “A desinternação, ou a liberação, será sempre condicional devendo ser restabelecida a situação anterior se o agente, antes do decurso de 1 (um) ano, pratica fato indicativo de persistência de sua periculosidade.”

Em relação ao processo penal brasileiro, julgue os itens a seguintes

QUESTÃO 43. A representação do ofendido é imprescindível à propositura da ação penal, em se tratando de crime de ação penal pública condicionada à representação, não o sendo, todavia, para a instauração do respectivo inquérito policial.

Comentários

ERRADO

A questão está incorreta. Conforme se depreende do artigo 24, caput, do Código de Processo Penal (CPP), a ação penal pública, quando a lei exigir, dependerá de “(...) representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo”. Da mesma forma, de acordo com o art. 5º, § 4º, do CPP, “o inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá sem ela ser iniciado”.

Portanto, não apenas a ação penal, mas também o inquérito policial, dependem da representação do ofendido, quando a lei assim o exigir.



QUESTÃO 44. O delegado de polícia pode requisitar, sem necessidade de autorização judicial, dados e informações cadastrais de suspeito da prática de crime de extorsão mediante sequestro.

Comentários

CERTO

A questão está correta. Conforme o artigo 13-A, do CPP, incluído pela Lei nº 13.344/16, o “Ministério Público ou o delegado de polícia poderá requisitar, de quaisquer órgãos do poder público ou de empresas da iniciativa privada, dados e informações cadastrais da vítima ou de suspeitos”, tal disposição se aplica aos crimes dispostos nos artigos 148, 149, 149-A, 158, §3º e 159 (extorsão mediante sequestro), todos do Código penal e ao artigo 239 do Estatuto da Criança de Adolescente (ECA), não sendo exigido, portanto, autorização judicial.

QUESTÃO 45. A quebra na cadeia de custódia da prova resulta, necessariamente, em nulidade, tomando inadmissível a prova produzida.

Comentários

ERRADO

A questão está errada. A cadeia de custódia foi introduzida no CPP pela Lei n. 13.964/2019 (conhecida como Pacote Anticrime), sendo conceituada como o “conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte” (artigo 158-A do CPP).

Embora o legislador ordinário não tenha se pronunciado acerca das consequências da quebra da cadeia de custódia, o STJ, através da 6ª Turma, no julgamento do HC 653.515-RJ, veiculado no Informativo nº 720, entendeu que: “As irregularidades constantes da cadeia de custódia devem ser sopesadas pelo magistrado com todos os elementos produzidos na instrução, a fim de aferir se a prova é confiável.”.

Portanto, cabe ao magistrado analisar todo conjunto probatório produzido e definir, para então definir se a prova questionada poderá ser considerada confiável, de modo que as irregularidades não acarretarão na nulidade das provas colhidas.

QUESTÃO 46. É desnecessário sujeitar a vítima ao procedimento legal de reconhecimento de pessoa se ela for capaz de individualizar o agente.

Comentários

CERTO

A questão está certa. O STJ, no julgamento do HC 721.963-SP, entendeu que: “(...) Se a vítima é capaz de individualizar o agente, não é necessário instaurar a metodologia legal (procedimento expresso no artigo 226)”.

Vale destacar que, quanto ao tema, a jurisprudência do STJ estabelecia que o procedimento trazido no artigo 226 do CPP não era vinculante, todavia, as mais recentes decisões exigem a observância dos ditames trazidos no referido dispositivo, “o que não significa que a prova de autoria deverá sempre observar o procedimento do art. 226 do Código de Processo Penal (“HC 721.963-SP”).

QUESTÃO 47. Não é cabível exceção de suspeição contra a autoridade policial.

Comentários



CERTO

A questão está certa. A suspeição é exceção disposta no artigo 95, I, do CPP, que poderá ser arguida em face do juiz da causa (art. 98 do CPP); do órgão do Ministério Público (art. 104 do CPP); dos peritos, intérpretes e serventuários ou funcionários de justiça (art. 105 do CPP); bem como dos jurados (art. 106 do CPP).

Todavia, o CPP veda a oposição da suspeição em relação às autoridades policiais, conforme se depreende do artigo 107 do referido diploma legal: “Não se poderá opor suspeição às autoridades policiais nos atos do inquérito, mas deverão elas declarar-se suspeitas, quando ocorrer motivo legal.”

Ainda acerca do processo penal brasileiro, julgue os itens que se seguem

QUESTÃO 48. É imprescindível a presença de defensor no interrogatório realizado em sede extrajudicial.

Comentários

ERRADO

A questão está errada. Conforme a jurisprudência predominante, o inquérito é procedimento administrativo inquisitivo, o qual não se sujeita ao contraditório (HC 139412/SC).

Neste sentido, a 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal, no RE 1202516/RS, entendeu que “a realização de interrogatório extrajudicial sem a presença de advogado, à míngua de dados que indiquem o ato ter ocorrido desse modo contra a vontade do investigado, não o torna eivado de nulidade”. O STJ, da mesma forma, entende que a presença do advogado durante o interrogatório extrajudicial é prescindível (RHC n. 94.584/RS, Rel. Ministro Sebastião Reis Júnior, 6ª T., DJe 1º/10/2019)

Destaca-se que, para a declaração de nulidade, nestes casos, é exigido a demonstração do prejuízo, em homenagem ao princípio: “*pas de nullité sans grief*”, consagrado no artigo 563 do CPP.

QUESTÃO 49. Sempre serão declaradas nulas as provas derivadas das ilícitas, em razão de preceito constitucional.

Comentários

ERRADO

A questão está errada. O artigo 5º, LVI, da CF estabelece que: “são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos”. Tal disposição é repetida no artigo 157 do CPP: “São inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas(...)”.

Em relação as provas que derivam das ilícitas, o legislador adotou a teoria dos frutos da árvore envenenada, a qual preceitua que, a ilicitude da prova originária macula também aquelas que dela derivam: “art. 157, §1º, São também inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas(...)”.

Todavia, a segunda parte do §1º do artigo 157 do CPP traz exceções à comunicação da ilicitude da prova, de modo que não haverá a nulidade “quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras.”

QUESTÃO 50. O termo circunstanciado pode ser realizado por bombeiro militar, desde que lei estadual especifique tal atribuição e que o procedimento seja homologado pela autoridade policial.

Comentários



ERRADO

A questão está errada. Conforme decidido pelo STF, no bojo da ADI 5637/MG, veiculada no informativo nº 1.046: “É constitucional norma estadual que prevê a possibilidade da lavratura de termos circunstanciados pela Polícia Militar e pelo Corpo de Bombeiro Militar”. Neste sentido, não se mostra necessário que o procedimento seja homologado por autoridade policial, em oposição ao que fora estabelecido pela alternativa analisada.

QUESTÃO 51. Conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, é inconstitucional a regra estabelecida pelo Código de Processo Penal segundo a qual é possível condução coercitiva de vítima durante o inquérito policial.

Comentários

ERRADO

A questão está errada. O plenário do STF, por meio das ADPFs 395/DF 444/DF, veiculadas nos Informativos 905 e 906, declarou a não recepção de parte do artigo 260 do CPP, de modo que, a CF não recepcionou a possibilidade de condução coercitiva do investigado ou do réu "para o interrogatório", sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de ilicitude das provas obtidas, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.

Todavia, diferentemente do que fora levantando pela alternativa, o STF não declarou a não recepção da condução coercitiva da vítima, a qual está abarcada no artigo art. 201, §1º, do CPP: “ §1º Se, intimado para esse fim, deixar de comparecer sem motivo justo, o ofendido poderá ser conduzido à presença da autoridade.”

No que se refere à legislação processual e à jurisprudência pátrias, julgue os itens subsequentes.

QUESTÃO 52. Um indivíduo que seja preso temporariamente por um crime não hediondo no dia 10 de outubro deverá ser solo no dia 15 do mesmo mês, salvo se a prisão for prorrogada ou se for decretada sua prisão preventiva.

Comentários

ERRADO

A questão está errada. Conforme o caput do artigo 2º da Lei 7.960/89, a prisão temporária terá prazo de 5 dias, prorrogável por igual período. O início da contagem do prazo é o dia do cumprimento do mandado, sendo este incluído no cômputo do prazo de prisão temporária, à luz do artigo 2º, §8º, da Lei 7.960/89.

Portanto, o prazo fatal dos primeiros cinco dias é o dia 14 do mês de outubro e não o dia 15.

QUESTÃO 53. O fato de o inquérito policial ser instaurado por promotor de justiça não impede que o delegado dê prosseguimento ao procedimento e seja eventualmente apontado como autoridade coatora na hipótese de impetração de habeas corpus.

Comentários

ERRADO

A questão está errada. Conforme o artigo 5º do CPP, o inquérito policial poderá ser instaurada de ofício (ato da autoridade policial) ou mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo: Nos crimes de ação pública o



inquérito policial será iniciado: I - de ofício; II - mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.”

Sendo assim, não é competência do promotor de justiça instaurar o inquérito policial, podendo, tão somente, requisitar a instauração deste.

QUESTÃO 54. A intimação do militar será feita por intermédio do chefe do respectivo serviço.

Comentários

CERTO

A questão está certa. Conforme o art. 358 do CPP: “A citação do militar far-se-á por intermédio do chefe do respectivo serviço”. Portanto, a questão está correta.

A respeito das fontes e das classificações das constituições, do poder constituinte e do controle de constitucionalidade, julgue os itens que se seguem.

QUESTÃO 55. Uma das características do positivismo, de um ponto de vista estritamente jurídico, consiste em afastar a religião como fonte do direito constitucional.

Comentários

CERTO

O positivismo se caracteriza pelo fim do direito natural e normas não estatais, como as religiosas, e surgimento da obrigatoriedade de observância das normas legisladas pelo Estado. Tal ponto não significa, entretanto, que o Direito Constitucional considera apenas a própria Constituição como fonte, sendo necessário, também, observar os costumes, por exemplo.

QUESTÃO 56. Embora a finalidade da ação declaratória de constitucionalidade seja a obtenção de julgamento para afirmar a validade constitucional de uma norma, seu resultado pode ser a declaração de inconstitucionalidade desta, situação em que é juridicamente possível haver modulação dos efeitos do julgamento.

Comentários

CERTO

A modulação dos efeitos pode ser realizada apenas nos casos de declaração de inconstitucionalidade da norma, em razão de segurança jurídica ou excepcional interesse social. Nesse sentido, o art. 27 da Lei nº 9.868/99: “Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o Supremo Tribunal Federal, por maioria de dois terços de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado.”

Quanto à possibilidade de se declarar a inconstitucionalidade da norma, é necessário observar o art. 23 da aludida norma: “Efetuado o julgamento, proclamar-se-á a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade da disposição ou da norma impugnada se num ou noutro sentido se tiverem manifestado pelo menos seis Ministros, quer se trate de ação direta de inconstitucionalidade ou de ação declaratória de constitucionalidade.”



QUESTÃO 57. A ideia de constituição dirigente representa a concepção de que a constituição de um país deve ser instrumento de transformação da realidade social e econômica.

Comentários

CERTO

A Constituição Dirigente, também denominada “Constituição Programática”, é caracterizada pela definição de finalidades e programas de ação futura, destacando-se uma análise da evolução política do Estado. Assim, é possível afirmar que, mediante a instituição de normas programáticas, a Constituição Dirigente pode ser utilizada como um meio para transformação da realidade social e econômica do país.

QUESTÃO 58. O chamado poder constituinte derivado está, juridicamente, no mesmo nível do poder constituinte originário, pois ambos têm a capacidade de gerar e alterar a Constituição.

Comentários

ERRADO

O poder constituinte derivado é limitado e subordinado ao poder originário, vez que sofre restrições de ordem material, circunstancial e formal. É possível afirmar, ainda, que ele é mera criação do poder originário e sua existência é resguardada em virtude de previsão ao longo do texto da Constituição, criada exclusivamente pelo poder constituinte originário.

Acerca do federalismo, dos direitos fundamentais e dos direitos políticos, julgue os itens a seguir.

QUESTÃO 59. Como os municípios integram a estrutura da Federação brasileira, representantes seus compõem o Poder Legislativo federal, de modo a contribuir na formação da vontade legislativa da União.

Comentários

ERRADO

Nos termos da Constituição Federal, o Poder Legislativo será exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. A Câmara será composta de representantes do povo e o Senado pelos representantes dos Estados e do DF.

Nesse sentido, basta observar a letra da lei: “Art. 44. O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Art. 45. A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal. Art. 46. O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.”

Assim, no âmbito do legislativo federal, inexistem representantes municipais.

QUESTÃO 60. Uma vez que o objetivo da Constituição Federal é regular os direitos de brasileiros e estrangeiros residentes no país, é estritamente a essas pessoas que se destina a proteção constitucional do direito à vida e à propriedade.

Comentários

ERRADO



Não existe qualquer menção expressa à aplicação restrita da Constituição aos estrangeiros não residentes. Ela é apenas silente sobre o tema. Dessa forma, considerando o contexto histórico e de valores sobre os quais a Constituição foi instituída, como pode ser observado até mesmo no preâmbulo, não há como afirmar que estrangeiros não residentes não possuem qualquer proteção constitucional ao direito à vida e à propriedade.

A questão já foi, inclusive, tema de decisão do STF publicada no informativo nº 554. Vejamos trecho da publicação: “Observou-se, inicialmente, que a questão estaria em saber se seria, ou não, admissível a progressão de regime para réus estrangeiros não residentes no país e que tal indagação remeteria logo ao disposto no art. 5º, caput, da CF (“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:”). Ressaltou-se que, em princípio, pareceria que a norma excluiria de sua tutela os estrangeiros não residentes no país, porém, numa análise mais detida, esta não seria a leitura mais adequada, sobretudo porque a garantia de inviolabilidade dos direitos fundamentais da pessoa humana não comportaria exceção baseada em qualificação subjetiva puramente circunstancial. Tampouco se compreenderia que, sem razão perceptível, o Estado deixasse de resguardar direitos inerentes à dignidade humana das pessoas as quais, embora estrangeiras e sem domicílio no país, se encontrariam sobre o império de sua soberania. Registrou-se que, superada essa objeção, ficaria por perquirir se a hipótese apresentaria alguma outra causa legitimante da quebra de tratamento isonômico entre brasileiros e estrangeiros quanto ao estatuto normativo da execução da pena, designadamente se haveria motivos idôneos para a vedação geral de progressão de regime a estrangeiros. No ponto, considerou-se pertinente a discussão travada sobre a possibilidade de progressão de regime no caso de crimes hediondos, e em cujo julgamento se concluíra pela inconstitucionalidade do § 1º do art. 2º da Lei 8.072/90 (HC 82959/SP, DJU de 1º.9.2006). Concluiu-se não ser lícito cogitar de proibição genérica de progressão de regime a nenhuma pessoa pelo só fato de ser estrangeira, em particular à vista da cláusula constitucional que impõe a individualização da pena. (HC 97147/MT, rel. orig. Min. Ellen Gracie, red. p/ o acórdão Min. Cezar Peluso, 4.8.2009.)

QUESTÃO 61. Conforme compreensão atual dos direitos políticos previstos na Constituição Federal, não admitem candidaturas avulsas, isto é, aquelas para as quais não se exige que o candidato seja filiado a partido político.

Comentários

CERTO

O TSE já se manifestou inúmeras vezes sobre a impossibilidade da candidatura avulsa (sem filiação partidária), vez que a filiação – e escolha do candidato em convenção partidária – são requisitos objetivos determinados pela legislação. Nesse sentido: “[...] Requerimento de registro de chapa presidencial e candidaturas a presidente e vice-presidente. Partido sem registro no Tribunal Superior Eleitoral. [...] o pedido de registro de candidatura ao pleito de 2022, assim como a pretensão ao reconhecimento do registro da agremiação nesta Corte Superior, teve seu seguimento negado ao fundamento de que o requisito atinente ao registro do estatuto do partido político no TSE não foi atendido, obstando, assim, o conhecimento da pretensão à candidatura. [...] 7. No sistema eleitoral, é vedada a candidatura avulsa, porquanto o legislador constituinte, ao estipular as condições de elegibilidade, prescreveu requisitos objetivos, de modo que apenas os candidatos filiados e que sejam escolhidos em convenção partidária podem participar das eleições. [...]” (Ac. de 29.9.2022 no AgR-PetCiv nº 060074383, rel. Min. Sérgio Banhos.)

QUESTÃO 62. Conquanto seja mais frequente o ajuizamento de *habeas corpus* contra ato de autoridade, admite-se sua impetração contra ato praticado por particular, em respeito à previsão constitucional da proteção da liberdade de locomoção.



Comentários

CERTO

Não existe qualquer restrição contra o sujeito passivo do habeas corpus, desde que tenha praticado ato de restrição à liberdade de locomoção de alguém. Assim, em casos como a internação em hospital ou clínica psiquiátrica, a medida pode ser combatida por meio do remédio constitucional. Conforme ensina Heráclito Antônio Mossin: “o habeas corpus não se projeta exclusivamente no campo penal ou processual, porquanto é ele cabível também na área extra *persecutio criminis*, visando tutelar o direito de liberdade corpórea do indivíduo quando estiver sendo lesada ou ameaçada de sê-lo, abusivamente por qualquer pessoa, aqui se incluindo o particular”.

QUESTÃO 63. Segundo a regra que impõe a fidelidade partidária, qualquer representante eleito ao Poder Legislativo que se desfiliar de seu partido político deverá perder o mandato, embora isso não o torne inelegível na eleição subsequente.

Comentários

ERRADO

Apenas os eleitos pelo sistema proporcional serão sancionados com a perda do mandato em caso de infidelidade partidária. O mandato eletivo para senador, diferentemente dos demais cargos do Poder Legislativo adota o sistema majoritário, o que afasta a premissa que “qualquer representante eleito ao Poder Legislativo” que se desfiliar do partido sofrerá a perda do mandato. Nesse sentido:

Ementa: DIREITO CONSTITUCIONAL E ELEITORAL. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. RESOLUÇÃO Nº 22.610/2007 DO TSE. INAPLICABILIDADE DA REGRA DE PERDA DO MANDATO POR INFIDELIDADE PARTIDÁRIA AO SISTEMA ELEITORAL MAJORITÁRIO. 1. Cabimento da ação. Nas ADIs 3.999/DF e 4.086/DF, discutiu-se o alcance do poder regulamentar da Justiça Eleitoral e sua competência para dispor acerca da perda de mandatos eletivos. O ponto central discutido na presente ação é totalmente diverso: saber se é legítima a extensão da regra da fidelidade partidária aos candidatos eleitos pelo sistema majoritário. 2. As decisões nos Mandados de Segurança 26.602, 26.603 e 26.604 tiveram como pano de fundo o sistema proporcional, que é adotado para a eleição de deputados federais, estaduais e vereadores. As características do sistema proporcional, com sua ênfase nos votos obtidos pelos partidos, tornam a fidelidade partidária importante para garantir que as opções políticas feitas pelo eleitor no momento da eleição sejam minimamente preservadas. Daí a legitimidade de se decretar a perda do mandato do candidato que abandona a legenda pela qual se elegeu. 3. O sistema majoritário, adotado para a eleição de presidente, governador, prefeito e senador, tem lógica e dinâmica diversas da do sistema proporcional. As características do sistema majoritário, com sua ênfase na figura do candidato, fazem com que a perda do mandato, no caso de mudança de partido, frustre a vontade do eleitor e vulnere a soberania popular (CF, art. 1º, parágrafo único; e art. 14, caput). 4. Procedência do pedido formulado em ação direta de inconstitucionalidade. (ADI 5081, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 27/05/2015, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-162 DIVULG 18-08-2015 PUBLIC 19-08-2015)

Relativamente aos servidores civis, à responsabilidade do presidente da República e do Poder Judiciário, julgue os itens seguintes.

QUESTÃO 64. Caso a Constituição de um estado-membro atribua foro por prerrogativa de função a ocupantes de determinado cargo, sem previsão correspondente na Constituição da República, esse foro não se aplicará ao caso de crime doloso contra a vida, porque deve prevalecer a competência constitucional do tribunal do júri.



Comentários

CERTO

Trata-se de tema pacificado através da Súmula Vinculante nº 45. *In verbis*: “A competência constitucional do Tribunal do Júri prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela Constituição Estadual.”

QUESTÃO 65. Se determinada categoria de servidores públicos demonstrar exercer funções análogas a outra que seja mais bem remunerada, cabe ao Poder Judiciário determinar elevação da remuneração da primeira, com fundamento no princípio da isonomia.

Comentários

ERRADO

Trata-se de tema pacificado através da Súmula Vinculante nº 37. *In verbis*: “Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia.”

QUESTÃO 66. Caso o presidente da República cometa crime comum, caberá ao procurador-geral da República acusá-lo, e, uma vez oferecida por este a denúncia ao Supremo Tribunal Federal, o presidente será afastado de suas funções por 180 dias.

Comentários

ERRADO

De fato, em caso de crime comum cometido pelo Presidente da República, o PGR deve oferecer a denúncia ao STF, entretanto a continuidade do processo e o afastamento por 180 dias não são diretos ou automáticos. A Câmara dos Deputados, por quórum de 2/3 de seus membros, deve admitir a acusação, e, só então, o STF decidirá sobre o recebimento da denúncia ou queixa. Vejamos o texto constitucional: Art. 86. Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade. § 1º O Presidente ficará suspenso de suas funções: I - nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal; § 2º Se, decorrido o prazo de cento e oitenta dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o afastamento do Presidente, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.

Em relação às forças armadas e ao meio ambiente, julgue os itens subsequentes.

QUESTÃO 67. A Constituição Federal define a ação civil pública como a via processual apropriada para a proteção do ambiente e atribui exclusividade ao Ministério Público para propô-la.

Comentários

ERRADO

A Constituição Federal atribui legitimidade ao Ministério Público para propor ação civil pública para proteção do ambiente, entretanto, não existe qualquer restrição sobre a legitimidade. Nesse sentido dispõe a CF/88: Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público: III - promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

A ação civil pública é regulamentada, ainda, pela lei nº 7.347/85 e possui os seguintes legitimados: Art. 5º Têm legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar: I - o Ministério Público; II - a Defensoria



Pública; III - a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; IV - a autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista; V - a associação que, concomitantemente: a) esteja constituída há pelo menos 1 (um) ano nos termos da lei civil; b) inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao patrimônio público e social, ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência, aos direitos de grupos raciais, étnicos ou religiosos ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

QUESTÃO 68. A Constituição Federal de 1988 define como poderes apenas o Legislativo, o Executivo e o Judiciário e, ao tratar das forças armadas, atribui-lhes funções essencialmente militares e de segurança do país, de modo que, segundo a interpretação predominante do papel delas, não lhes cabe exercer nenhum poder moderador de possíveis conflitos entre os três poderes.

Comentários

CERTO

O art. 2º da Constituição disciplina que são poderes da União, apenas o legislativo, executivo e judiciário. O tratamento dado às forças armadas encontra-se no art. 142, dispondo que sua destinação refere-se à defesa da Pátria, garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa destes, da lei e da ordem. Nesse sentido: Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. E Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

Julgue os itens seguintes, a respeito dos prazos estabelecidos na Lei n.º 10.520/2002, que trata da modalidade de licitação denominada pregão.

QUESTÃO 69. O prazo de interposição de recurso e contrarrazões é comum às licitantes interessadas, sendo de, no mínimo, três dias úteis, a contar da divulgação do resultado de julgamento do certame.

Comentários

ERRADO

A questão está incorreta. De acordo com o art. 4º, XVIII, da Lei do Pregão, “declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos”.

Da simples leitura do dispositivo legal, constata-se que a assertiva apresenta, portanto, três equívocos: I) O prazo é fixo de 3 dias (e não de “no mínimo, três dias”); II) a contagem deverá ser feita em dias corridos (e não dias úteis); III) o prazo para interposição do recurso e das contrarrazões é sucessivo (e não comum) aos licitantes.

O tríduo legal para apresentação de contrarrazões somente tem início com o término do prazo para a apresentação do recurso. Ora, o recorrido só pode contrarrazoar o recurso após a sua interposição, sendo inviável e ilógico que o lapso temporal para recorrer e contrarrazoar seja comum às partes como mencionado pela assertiva. Não se pode contrarrazoar um recurso antes dele ser apresentado.



Vale destacar, ademais, que o prazo de 3 dias é para a apresentação das razões do recurso. A lei exige, para sua interposição, a manifestação imediata e motivada do licitante, sob pena de decadência do direito de recurso, com a consequente adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor (art. 4º, XX).

QUESTÃO 70. A sessão de abertura do certame, a contar da publicação oficial do aviso referente ao certame, deve necessariamente resguardar o prazo mínimo de oito dias úteis.

Comentários

CERTO

A questão está correta. Trata-se da literalidade do art. 4º, V, da Lei 10.520/2002: “o prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a 8 (oito) dias úteis”.

QUESTÃO 71. A intenção de recorrer deve ser oposta em até três dias, a contar da declaração do vencedor.

Comentários

ERRADO

A questão está incorreta. Conforme previsão constante do art. 4º, XVIII, da Lei do Pregão, “declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos”.

A intenção de recorrer, deste modo, deve ser oposta de forma imediata. A lei diferencia duas situações: I) manifestação da intenção de recorrer, que deverá ocorrer de forma imediata, logo após o julgamento das propostas com a declaração do vencedor; II) apresentação das razões recursais – estas, sim, deverão ser apresentadas no prazo de três dias.

QUESTÃO 72. O prazo de validade das propostas previsto na lei é taxativo, estipulado em sessenta dias, não podendo a administração dispor de forma diversa no instrumento convocatório.

Comentários

ERRADO

A questão está incorreta. A regra geral, prevista no art. 6º da Lei do Pregão, de fato, é que as propostas tenham prazo de validade de 60 (sessenta) dias. A lei, todavia, faculta à Administração dispor de forma diversa no instrumento convocatório, amoldando a validade das propostas às necessidades administrativas. Vejamos: “Art. 6º. O prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias, se outro não estiver fixado no edital”.

Julgue os itens a seguir, de acordo com a Lei n.º 11.079/2004, que dispõe sobre as parcerias público-privadas.

QUESTÃO 73. O seguro-garantia fornecido por instituição privada é modalidade apta a garantir as obrigações pecuniárias contraídas pela administração pública.

Comentários

CERTO



A questão está correta. A Lei n.º 11.079/2004, em seu art. 8º, prevê as formas de garantias das obrigações pecuniárias contraídas pela Administração Pública em contrato de parceria público-privada, estipulando ser possível a “garantia prestada por organismos internacionais ou instituições financeiras” (inciso III). Perfeitamente possível, portanto, que as obrigações sejam garantidas por seguro-garantia fornecido por instituição privada, tal qual mencionado pela questão.

QUESTÃO 74. O aporte de bem de uso comum no fundo garantidor de parcerias público-privadas independe de sua desafetação.

Comentários

ERRADO

A questão está incorreta. A desafetação é imprescindível para que seja realizado o aporte de bem de uso comum no fundo garantidor de Parcerias Público-Privadas (PPPs). É o que consta do art. 16, § 7º, da Lei 11.079/2004: “O aporte de bens de uso especial ou de uso comum no FGP será condicionado à sua desafetação de forma individualizada”.

QUESTÃO 75. É defeso à administração pública prever em edital a possibilidade de a licitante retificar a proposta e os documentos de habilitação no curso do procedimento.

Comentários

ERRADO

A questão está incorreta. O art. 12, IV, da Lei 11.079/2004 consagra o princípio da instrumentalidade das formas no âmbito das licitações e contratações de parcerias público-privadas.

Dispõe o referido artigo que “o edital poderá prever a possibilidade de saneamento de falhas, de complementação de insuficiências ou ainda de correções de caráter formal no curso do procedimento, desde que o licitante possa satisfazer as exigências dentro do prazo fixado no instrumento convocatório”.

O correto, portanto, seria afirmar que é facultado à administração pública prever em edital a possibilidade de a licitante retificar a proposta e os documentos de habilitação no curso do procedimento. A vedação mencionada pela questão contraria frontalmente os ditames da lei.

QUESTÃO 76. A concorrência e o diálogo competitivo são modalidades de licitação aplicáveis às parcerias público-privadas.

Comentários

CERTO

A questão está correta. A assertiva em análise exigiu domínio acerca das modalidades licitatórias que podem ser utilizadas no âmbito de parcerias público-privadas.

Sobre o tema, de fato, o art. 12, caput, da Lei 11.079/2004 é explícito ao estabelecer, como modalidades aplicáveis às PPP's, a concorrência e o diálogo competitivo.

Confira-se:

“Art. 10. A contratação de parceria público-privada será precedida de licitação na modalidade concorrência ou diálogo competitivo, estando a abertura do processo licitatório condicionada a:”



Do exposto, considerando que a assertiva encontra expresso amparo na norma de regência da matéria, deve ser tida como correta.

Considerando o disposto na Lei n.º 8.987/1995, que trata das concessões e permissões de serviços públicos, julgue os próximos itens.

QUESTÃO 77. Ocorrerá a caducidade da concessão sempre que houver alteração no controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente.

Comentários

CERTO

A questão está correta. Cuida-se de questão que explorou conhecimentos acerca da ocorrência da extinção do contrato de concessão, derivada da caducidade, na hipótese de ocorrer alteração no controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente.

No ponto, deve-se acionar a norma do art. 27, caput, da Lei 8.987/95, que assim estabelece: “A transferência de concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente implicará a caducidade da concessão.”

Percebe-se, portanto, que a norma é mandatória, impositiva, no sentido de que a transferência de concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente acarreta a caducidade da concessão, de modo que não há espaço para outra providência, por parte do poder concedente.

Assim sendo, está correta a proposição sob exame.

QUESTÃO 78. O edital relativo a procedimento licitatório para a celebração de contrato de concessão poderá contemplar a inversão da ordem das fases de habilitação e julgamento das propostas, assim como ocorre em licitações de contratações de bens e serviços comuns, realizadas na modalidade pregão.

Comentários

CERTO

A questão está correta. Realmente, o art. 18-A da Lei 8.987/95, inserido pela Lei 11.196/2005, passou a prever a possibilidade de inversão das etapas de habilitação e julgamento das propostas, como se pode extrair de sua leitura: “O edital poderá prever a inversão da ordem das fases de habilitação e julgamento, hipótese em que: I - encerrada a fase de classificação das propostas ou o oferecimento de lances, será aberto o invólucro com os documentos de habilitação do licitante mais bem classificado, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital; II - verificado o atendimento das exigências do edital, o licitante será declarado vencedor; III - inabilitado o licitante melhor classificado, serão analisados os documentos habilitatórios do licitante com a proposta classificada em segundo lugar, e assim sucessivamente, até que um licitante classificado atenda às condições fixadas no edital; IV - proclamado o resultado final do certame, o objeto será adjudicado ao vencedor nas condições técnicas e econômicas por ele ofertadas.”

Ademais, é igualmente acertado sustentar que este mesmo proceder também pode ser observado no âmbito do procedimento do pregão, no qual a regra já consiste na ocorrência, primeiro, do julgamento das propostas, para, somente depois, ocorrer a fase de habilitação.

É esta a conclusão que se extrai da análise do art. 4º, XII, da Lei 10.520/2002: A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras: (...) XII - encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de



habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital;”

Como daí se vê, a habilitação, de fato, tem lugar após o encerramento da etapa competitiva, de julgamento das propostas e de lances verbais e sucessivos.

Por todo o acima exposto, está correta a afirmativa ora sob exame.

QUESTÃO 79. Enquanto perdurar o contrato, a concessionária poderá livremente dispor dos seus direitos e negociar suas obrigações mediante a outorga de subconcessão.

Comentários

ERRADO

A questão está incorreta. O instituto da subconcessão encontra-se disciplinado na Lei 8.987/95, sendo que, da leitura de seu art. 26, caput e §1º, percebe-se que, na realidade, para que a subconcessão possa ser validamente realizada, faz-se necessário que haja previsão expressa no contrato, assim como que ocorra autorização do poder concedente. Ademais, a lei também exige a realização de prévia licitação na modalidade concorrência.

A propósito, confira-se: “É admitida a subconcessão, nos termos previstos no contrato de concessão, desde que expressamente autorizada pelo poder concedente. A outorga de subconcessão será sempre precedida de concorrência.”

Ora, em assim sendo, não é verdadeiro sustentar que a concessionária possa livremente dispor dos seus direitos e negociar suas obrigações mediante a outorga de subconcessão, como se não houvesse tais condições legalmente impostas.

Considerando os preceitos da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo, julgue os itens a seguir.

QUESTÃO 80. Para os efeitos do processo administrativo, são capazes, perante a administração pública, além dos maiores de idade, os menores de dezoito anos de idade, desde que em exercício de emprego público efetivo e com idade acima dos quatorze anos.

Comentários

ERRADO

A questão está incorreta. A assertiva em análise demandou conhecimentos relativos ao tema da capacidade para atuar em processos administrativos. A matéria encontra-se disciplinada pelo art. 10 da Lei 9.784/99, que assim preconiza: “São capazes, para fins de processo administrativo, os maiores de dezoito anos, ressalvada previsão especial em ato normativo próprio.”

Como se vê, a lei não atribui capacidade aos maiores de quatorze anos, desde que estejam no exercício de emprego público efetivo, tal como foi aqui sustentado pela Banca, o que torna a proposição equivocada.

QUESTÃO 81. Os processos em que figure como parte pessoa com deficiência mental e maior de sessenta anos de idade tramitarão em regime de prioridade, em qualquer instância administrativa.

Comentários

CERTO

Questão passível de recurso.



A questão está correta. Sobre o tema da prioridade de tramitação, no âmbito de processos administrativos, na esfera federal, deve-se aplicar o disposto no art. 69-A da Lei 9.784/99, que abaixo transcrevo: “Terão prioridade na tramitação, em qualquer órgão ou instância, os procedimentos administrativos em que figure como parte ou interessado: I - pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos; II - pessoa portadora de deficiência, física ou mental; III – Vetado IV - pessoa portadora de tuberculose ativa, esclerose múltipla, neoplasia maligna, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome de imunodeficiência adquirida, ou outra doença grave, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída após o início do processo.”

A leitura dos incisos I e II revela que, de fato, pessoas com deficiência mental e os maiores de sessenta anos de idade colocam-se dentre aqueles que desfrutam da prerrogativa legal de prioridade na tramitação, sendo certo, ainda, que tal prioridade é aplicável a qualquer órgão ou instância administrativa, por expressa determinação legal.

A crítica cabível de se fazer – e que pode dar azo a recursos – repousa no fato de que, de acordo com o inciso I, a lei prevê prioridade para pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, e não apenas, portanto, aos maiores de 60 (sessenta) anos.

A despeito da crítica acima, o fato é que tanto as pessoas portadoras de deficiência mental quanto aquelas com idade superior a 60 (sessenta) anos estão albergadas pela prioridade legal, de modo que, não obstante a sutil divergência com o texto da lei, o conteúdo da assertiva, em si, não está equivocado.

QUESTÃO 82. Aos processos administrativos que envolvam, conjuntamente, autoridades dos Poderes Executivo e Legislativo não se aplica a decisão coordenada.

Comentários

CERTO

A questão está correta. Cuida-se de assertiva que explorou domínio acerca de uma das hipóteses de vedação ao uso do instituto da decisão coordenada. Sobre o tema, de fato, assim estabelece o art. 49-A, §6º, III, da Lei 9.784/99: “Não se aplica a decisão coordenada aos processos administrativos: (...) III - em que estejam envolvidas autoridades de Poderes distintos.”

Como daí se extrai, tratando-se de decisão que abranja mais de um Poder da República, a lei realmente proíbe a utilização da decisão coordenada.

Desta maneira, se o processo administrativo envolver autoridades dos Poderes Executivo e Legislativo, tal como foi aqui colocado pela Banca, nada há de equivocado em se afirmar que não será cabível o manejo do sobredito instituto.

Julgue os itens a seguir, acerca dos negócios jurídicos.

QUESTÃO 83. Agente capaz, objeto lícito e norma prescrita ou não proibida em lei são requisitos para a validade de um negócio jurídico.

Comentários

ERRADO

A questão está incorreta. O art. 104 do Código Civil exige “forma prescrita ou não defesa em lei”, e não “norma prescrita ou não proibida em lei”, como indica a questão. Veja: “Art. 104. A validade do negócio



jurídico requer: I - agente capaz; II - objeto lícito, possível, determinado ou determinável; III - forma prescrita ou não defesa em lei”.

QUESTÃO 84. A cláusula condicional, que deriva exclusivamente da vontade das partes, condiciona o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto.

Comentários

CERTO

A questão está correta. Conforme estabelece o art. 121 do Código Civil, “Considera-se condição a cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto”.

QUESTÃO 85. A interpretação do negócio jurídico independe da confirmação de sentido pelo comportamento posterior das partes à sua celebração.

Comentários

ERRADO

A questão está incorreta. Em 2019, foi editada a Lei nº 13.874/2019 que instituiu a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica. Referida legislação acrescentou novos dispositivos, inclusive no Código Civil. Dentre eles, foi acrescentado o §1º ao art. 113, que dispõe sobre a interpretação dos negócios jurídicos. Com efeito, conforme inc. I do §1º do art. 113 do CC, a interpretação do negócio jurídico deve sim levar em conta o comportamento das partes após sua celebração: “Art. 113. Os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração. § 1º A interpretação do negócio jurídico deve lhe atribuir o sentido que: I - for confirmado pelo comportamento das partes posterior à celebração do negócio; [...]”.

QUESTÃO 86. O negócio jurídico é nulo por vício resultante de dolo ou coação.

Comentários

ERRADO

A questão está incorreta. O dolo e a coação são vícios de consentimento que podem gerar a anulabilidade do negócio, ou seja, tornam o negócio anulável, e não nulo. A propósito, o art. 171, inc. II, CC, dispõe: “Art. 171. Além dos casos expressamente declarados na lei, é anulável o negócio jurídico: [...] II - por vício resultante de erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores”.

QUESTÃO 87. Haverá simulação no negócio jurídico quando os instrumentos particulares forem antedatados ou pós-datados.

Comentários

CERTO

A questão está correta. De fato, antedatar ou pós-datar instrumentos particulares são hipóteses de simulação nos negócios jurídicos, conforme art. 167, §1º, inc. III, CC: “É nulo o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma. § 1º Haverá simulação nos negócios jurídicos quando: [...] III - os instrumentos particulares forem antedatados, ou pós-datados”.



Em relação à prática de ato ilícito, julgue os seguintes itens.

QUESTÃO 88. Causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, é requisito para a configuração de ato ilícito.

Comentários

CERTO

A questão está correta. De acordo com o art. 186 do Código Civil, “Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”.

QUESTÃO 89. As perdas e os danos passíveis de indenização em decorrência da prática de ato ilícito compreendem danos emergentes e lucros cessantes.

Comentários

CERTO

A questão está correta. Os danos emergentes são aqueles advindos diretamente da conduta, ou seja, aquilo que efetivamente se perdeu com o evento. Os lucros cessantes são as perdas decorrentes do que a parte deixou de lucros em razão do ato ilícito. Conforme dispõe o art. 402 do CC: “Salvo as exceções expressamente previstas em lei, as perdas e danos devidas ao credor abrangem, além do que ele efetivamente perdeu, o que razoavelmente deixou de lucrar”.

QUESTÃO 90. Não constitui ilícito o ato praticado no exercício regular de um direito reconhecido.

Comentários

CERTO

A questão está correta. Conforme dispõe o art. 188, inc. I, CC: “Não constituem atos ilícitos: I - os praticados em legítima defesa ou no exercício regular de um direito reconhecido”.

No que diz respeito aos institutos da prescrição e da decadência, julgue os itens a seguir.

QUESTÃO 91. A decadência convencional deve ser alegada pela parte a quem aproveita e qualquer grau de jurisdição, podendo o juiz suprir a alegação.

Comentários

ERRADO

A questão está incorreta. O juiz não pode suprir a alegação da parte. Nestes termos, o art. 211 do CC: “Se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição, mas o juiz não pode suprir a alegação”.

QUESTÃO 92. Prescrição e decadência são institutos extintivos de pretensão ou de direitos, cujo objetivo é preservar a segurança jurídica das relações sociais.

Comentários



CERTO

A questão está correta. A prescrição, segundo o artigo 189 do Código Civil, é a extinção da pretensão pelo tempo. Por meio da prescrição, extingue-se o direito de ação judicial para assegurar um direito. Conforme estabelece o art. 189 do CC, “Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela prescrição, nos prazos a que aludem os arts. 205 e 206”.

Por outro lado, a decadência é a extinção do direito em si. Conforme ressalta FLAVIO TARTUCE, “Uma das novidades da codificação material vigente consiste no tratamento específico dado à decadência, conceituada como a perda de um direito, em decorrência da ausência do seu exercício” (Manual de Direito Civil. 8ª ed. Editora Método, 2018)

QUESTÃO 93. A interrupção da prescrição pode ocorrer mediante ato extrajudicial que importe reconhecimento inequívoco do direito pelo devedor.

Comentários

CERTO

A questão está correta. Ato do devedor que reconhece o direito do credor é causa interruptiva da prescrição, conforme art. 202, VI, CC: “A interrupção da prescrição, que somente poderá ocorrer uma vez, dar-se-á: VI - por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do direito pelo devedor”.

QUESTÃO 94. Os prazos prescricionais podem ser alterados por acordo das partes.

Comentários

ERRADO

A questão está incorreta. A prescrição não se submete à convenção das partes. Conforme art. 192 do CC “Os prazos de prescrição não podem ser alterados por acordo das partes”.

No tocante à responsabilidade civil, julgue os itens que se seguem.

QUESTÃO 95. Aquele que, por ato ilícito, independentemente de culpa, causar dano a outrem ficará obrigado a repará-lo, quando sua atividade normalmente desenvolvida implicar, por sua natureza, em risco para os direitos de terceiros.

Comentários

CERTO

A questão está correta. A atividade de risco é causa de responsabilidade civil objetiva, ou seja, sem análise de culpa, conforme dispõe o parágrafo único do art. 927 do CC: “Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo. Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem”.

QUESTÃO 96. A responsabilidade civil é independente da criminal, sendo possível questionar a existência do fato na esfera civil depois de discutida a comprovada a questão no juízo criminal.

Comentários

ERRADO



A questão está incorreta. A existência do fato e autoria não pode ser rediscutida na esfera cível, caso já discutidas no juízo criminal. A propósito, o art. 935 do CC estabelece que “A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal”.

Com base no disposto no Estatuto da Polícia Civil do Estado de Alagoas, no Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis do Estado de Alagoas, na Convenção Americana sobre Direitos Humanos e no Estatuto da Criança e do Adolescente julgue os itens seguintes.

QUESTÃO 97. Entre as características da função policial no estado de Alagoas, está o dever de fiscalizar ordens de natureza policial.

Comentários

CERTO

A questão está correta, em consonância com o art. 11, da Lei 3.437/1975, conforme o qual a função policial caracteriza-se pelo dever de determinar, fiscalizar e executar ordens ou missões de natureza policial.

QUESTÃO 98. Caracteriza-se como remoção o ato de deslocar um servidor do estado de Alagoas para outra localidade de trabalho no âmbito da unidade setorial em que seja especificamente lotado, sem mudança de sede.

Comentários

ERRADO

A questão está incorreta, eis que está em desacordo com a Lei nº 5.247/1991, que institui o regime jurídico único dos servidores públicos civis do estado de Alagoas.

Segundo dispõe o art. 35, remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, de uma para outra localidade de trabalho, com ou sem mudança de sede, no âmbito da unidade setorial em que for especificamente lotado.

QUESTÃO 99. Ao menor com quinze anos de idade desacompanhado dos pais, é permitida a hospedagem em hotel, independentemente de autorização.

Comentários

ERRADO

A questão está incorreta, em desacordo com o que dispõe a Lei 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

É proibida a hospedagem de criança ou adolescente em hotel, motel, pensão ou estabelecimento congêneres, salvo se autorizado ou acompanhado pelos pais ou responsável (art. 82, do ECA). Isso significa que adolescente de 15 anos de idade não poderá, desacompanhado dos pais ou responsável, hospedar-se em hotel, salvo se possui autorização para tanto. A autorização referida deve ser dos pais ou responsável ou, ainda, da Autoridade Judicial.

Anota-se que a conduta daquele que hospeda criança ou adolescente desacompanhado dos pais ou responsável, ou sem autorização escrita desses ou da autoridade judiciária, em hotel, pensão, motel ou congêneres configura infração administrativa em face da qual será cabível pena de multa (art. 250, do ECA).



Em caso de reincidência, sem prejuízo da pena de multa, a autoridade judiciária poderá determinar o fechamento do estabelecimento por até 15 (quinze) dias. Ademais, se comprovada a reincidência em período inferior a 30 (trinta) dias, o estabelecimento será definitivamente fechado e terá sua licença cassada (§§ 1º 2º, do art. 250, do ECA).

QUESTÃO 100. Se, logo após o cometimento de uma ação, for editada lei que a tipifique como crime, o agente ficará sujeito à condenação pela ação praticada caso a pena prevista seja a de multa.

Comentários

ERRADO

A questão está incorreta, nos termos do art. 9º da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, que dispõe sobre o princípio da legalidade e da retroatividade: “Ninguém pode ser condenado por ações ou omissões que, no momento em que forem cometidas, não sejam delituosas, de acordo com o direito aplicável. Tampouco se pode impor pena mais grave que a aplicável no momento da perpetração do delito. Se depois da perpetração do delito a lei dispuser a imposição de pena mais leve, o delinqüente será por isso beneficiado”.

A respeito do tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes, do organizado, dos crimes de tortura e dos crimes hediondos, julgue os itens que se seguem.

QUESTÃO 101. A resposta do dependente de drogas aos recursos extra-hospitalares é irrelevante em eventual indicação de internação.

Comentários

ERRADO

A assertiva é incorreta, eis que não está em conformidade com o previsto no art. 23-A, §6º, da Lei 11.343/06, pois a internação do dependente químico somente será indicada quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes, conforme a lei. Vejamos: “§ 6º A internação, em qualquer de suas modalidades, só será indicada quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes.”

QUESTÃO 102. Equipara-se a crime hediondo o tráfico ilícito de drogas na forma privilegiada.

Comentários

ERRADO

A questão está incorreta, uma vez que já que o tráfico privilegiado, previsto no art. 33, §4º, da Lei 11.340/06, não é equiparado a hediondo. O pacote anticrime positivou tal entendimento na lei 7.210/84, no art. 112, §5º. Vejamos: “§ 5º Não se considera hediondo ou equiparado, para os fins deste artigo, o crime de tráfico de drogas previsto no § 4º do art. 33 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)”

QUESTÃO 103. A infiltração de agentes de polícia em tarefas de investigação relacionadas aos crimes de organização criminosa demanda autorização judicial.

Comentários

CERTO



A questão está correta, eis que em consonância com a lei 12.850/13. A infiltração de agentes, que é um dos meios de obtenção de provas, deve ser autorizada pelo juiz, conforme art, 12 da lei em comento: “Art. 12. O pedido de infiltração será sigilosamente distribuído, de forma a não conter informações que possam indicar a operação a ser efetivada ou identificar o agente que será infiltrado. §1º As informações quanto à necessidade da operação de infiltração serão dirigidas diretamente ao juiz competente, que decidirá no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, após manifestação do Ministério Público na hipótese de representação do delegado de polícia, devendo-se adotar as medidas necessárias para o êxito das investigações e a segurança do agente infiltrado.”

QUESTÃO 104. A caracterização da conduta de submeter pessoa presa a sofrimento mental, por intermédio da prática de ato não previsto em lei, como crime de tortura, dispensa, para seu aperfeiçoamento, especial fim de agir por parte do agente.

Comentários

CERTO

A questão está correta, pois está em conformidade com entendimento do STJ: “A modalidade de tortura referida no artigo 1º, §1º, da lei 9.455, 97, ao contrário das demais, não exige, para seu aperfeiçoamento, especial fim de agir por parte do agente, bastando, portanto, para a configuração do crime, o dolo de praticar a conduta descrita no tipo objetivo. (REsp n. 856.706/AC, relatora Ministra Laurita Vaz, relator para acórdão Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, julgado em 6/5/2010, DJe de 28/6/2010.)”

No que concerne à violência doméstica familiar contra a mulher, aos crimes contra a pessoa com deficiência e contra pessoa idosa e à proteção intelectual ao programa de computação, julgue os itens a seguir, com base na legislação específica e na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

QUESTÃO 105. A pessoa que reproduzir programa de computador, ainda que em parte, para fins de comércio, mesmo com a autorização do autor, cometerá crime contra a propriedade intelectual.

Comentários

ERRADO

A questão está incorreta, eis que contraria o art. 12, §1º, da lei 9.609/98, uma vez que, in casu, não será crime, pois o agente obteve a autorização do autor. Vejamos: “Art. 12. Violar direitos de autor de programa de computador: Pena - Detenção de seis meses a dois anos ou multa. § 1º Se a violação consistir na reprodução, por qualquer meio, de programa de computador, no todo ou em parte, para fins de comércio, sem autorização expressa do autor ou de quem o represente: Pena - Reclusão de um a quatro anos e multa.”

QUESTÃO 106. A violência física praticada contra mulher transexual atrai a incidência da Lei Maria da Penha.

Comentários

CERTO

A questão está correta, pois está de acordo com o entendimento do STJ. Veja: “A Lei nº 11.340/2006 (Maria da Penha) é aplicável às mulheres trans em situação de violência doméstica. STJ. 6ª Turma. REsp 1.977.124/SP, Rel. Min. Rogerio Schietti Cruz, julgado em 5/4/2022 (Info 732).”



QUESTÃO 107. O cuidador de um idoso que o abandonar em um shopping center cometerá crime abandono de pessoa com deficiência, estando sujeito à pena de detenção.

Comentários

ERRADO

A questão está incorreta, por dois motivos. Primeiro, idoso não é pessoa com deficiência, então há que se aplicar o Estatuto da pessoa com deficiência.

Quanto ao crime previsto no art. 98 da lei 10.741/03 (estatuto do idoso) estabelece quais são os locais nos ocorre o abandono, como hospitais, casas de saúde e entidades de longa permanência. Observe: “Abandonar a pessoa idosa em hospitais, casas de saúde, entidades de longa permanência, ou congêneres, ou não prover suas necessidades básicas, quando obrigado por lei ou mandado: (Redação dada pela Lei nº 14.423, de 2022) Pena – detenção de 6 (seis) meses a 3 (três) anos e multa.

Portanto, o shopping não está previsto neste tipo penal.

O fato em comento se amolda ao crime previsto no art. 133 do Código Penal: “Abandonar pessoa que está sob seu cuidado, guarda, vigilância ou autoridade, e, por qualquer motivo, incapaz de defender-se dos riscos resultantes do abandono: Pena - detenção, de seis meses a três anos. § 1º - Se do abandono resulta lesão corporal de natureza grave: Pena - reclusão, de um a cinco anos. § 2º - Se resulta a morte: Pena - reclusão, de quatro a doze anos. § 3º - As penas cominadas neste artigo aumentam-se de um terço: I - se o abandono ocorre em lugar ermo; II - se o agente é ascendente ou descendente, cônjuge, irmão, tutor ou curador da vítima. III – se a vítima é maior de 60 (sessenta) anos.”

QUESTÃO 108. Aquele que discriminar pessoa idosa por qualquer motivo comete crime e estará sujeito à penalidade de reclusão.

Comentários

CERTO

A questão está correta, conforme previsto no tipo penal do art. 96 da lei 10.741/03: “Art. 96. Discriminar pessoa idosa, impedindo ou dificultando seu acesso a operações bancárias, aos meios de transporte, ao direito de contratar ou por qualquer outro meio ou instrumento necessário ao exercício da cidadania, por motivo de idade: Pena – reclusão de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa. § 1º Na mesma pena incorre quem desdenhar, humilhar, menosprezar ou discriminar pessoa idosa, por qualquer motivo.”

No que diz respeito à medicina legal, julgue o item seguinte.

QUESTÃO 109. De acordo com a divisão clássica da medicina legal, considera-se o indivíduo em relação a si próprio, o indivíduo em relação ao meio e o indivíduo em relação às decisões dos juízes e tribunais.

Comentários

CERTO

A questão está correta. Hélio Gomes divide a Medicina Legal propriamente dita em três grupos, tomando em consideração o indivíduo:

1º) o indivíduo em relação a si próprio – identidade, capacidade e responsabilidade e psicologia da prova, através da Antropologia Forense, da Psicologia Forense e da Psicologia Judiciária;

2º) o indivíduo em relação ao meio – fatos referentes à vida, em que, v.g., encontramos a Sexologia Forense, subdividida em razão do casamento (Himeneologia), da procriação (Obstetrícia Forense) e do amor



(Erotologia Forense); fatos referentes à morte, destacando os traumas e acidentes do trabalho (Traumatologia Forense e Infortunistica), asfixias (Asfixiologia Forense), envenenamentos (Toxicologia Forense) e, por final, a morte em si (Tanatologia Forense);

3º) o indivíduo em relação às decisões dos juízes e tribunais – no tocante aos problemas médico-legais e em referência às investigações policiais, emergindo daí a Jurisprudência Médico-legal e a Polícia Técnica (Policiologia).

Acerca da atuação profissional no exame de corpo de delito, julgue o item subsequente, à luz do disposto no Código de Processo Penal.

QUESTÃO 110. O assistente técnico atuará a partir de sua admissão pelo membro do Ministério Público e durante a realização dos exames.

Comentários

ERRADO

A questão está incorreta, pois a admissão do assistente técnico é feita pelo juiz e após a conclusão dos exames e elaboração dos laudos pelos peritos oficiais, de acordo com a literalidade do Art. 159 do CPP, §4º: “§ 4º O assistente técnico atuará a partir de sua admissão pelo juiz e após a conclusão dos exames e elaboração do laudo pelos peritos oficiais, sendo as partes intimadas desta decisão”.

Em relação aos tipos de documentos utilizados na perícia bem como aos métodos de identificação policial ou judiciária, julgue os itens que se seguem.

QUESTÃO 111. Denomina-se parecer o relatório redigido por um dos peritos logo após o exame de corpo de delito.

Comentários

ERRADO

A questão está incorreta. Parecer é diferente de relatório. Nesse caso seria um laudo médico-legal, e não parecer, que se trata de uma perícia deducendi. O parecer é o documento médico-legal, de natureza subjetiva, que expressa a opinião, mesmo que fundamentada, de um profissional. Podem ser meramente oficiosos, particulares e encomendados pelas partes para reforçar uma tese e, por isto, devem ser analisados com cautela e raramente se sobrepõem aos exames oficiais.

QUESTÃO 112. No sistema dactiloscópico de Vucetich, a amputação de um dedo é assinalada com número 0 (zero).

Comentários

CERTO

A questão está correta. No sistema dactiloscópico de Vucetich, a amputação de um dedo é assinalada com número 0 (zero) e o dedo cicatrizado é assinalado pela letra X.



QUESTÃO 113. Classifica-se como oficioso o atestado médico apresentado por um agente de polícia a seu superior hierárquico, por solicitação da administração pública, no qual conste o código internacional de doença (CID).

Comentários

ERRADO

A questão está incorreta. Segundo o França, o atestado médico quanto a sua procedência ou finalidade pode ser: administrativo, quando serve ao interesse do serviço ou do servidor público; judiciário, quando por solicitação da administração da justiça; e oficioso, quando dado no interesse das pessoas física ou jurídica de direito privado, como para justificar situações menos formais em ausência das aulas ou para dispensar alunos da prática da educação física.

No que diz respeito a lesões por ação contundente, por armas brancas e de fogo e por projéteis de arma de fogo comuns, julgue os próximos itens.

QUESTÃO 114. A área de lesão decorrente da precessão de um projétil de arma de fogo pode ser aumentada quando o projétil atinge o alvo.

Comentários

CERTO

A questão está correta. O movimento de rotação do projétil tem por função fornecer ao projétil maior alcance máximo, maior alcance útil e melhor estabilidade frente à resistência do ar. Os tecidos do corpo humano apresentam densidade de 800 a 900 vezes maior que a densidade do ar. Quando o projétil muda de meio, do ar para os tecidos do corpo humano, o aumento da densidade leva a um aumento da instabilidade. Como consequência, qualquer ângulo oriundo do movimento de precessão pode ser consideravelmente aumentado e, dependendo da sua extensão, fazê-lo girar sobre o seu eixo longitudinal, provocando uma maior transferência de energia cinética e uma lesão de dimensões muito superiores.

QUESTÃO 115. Um bisturi, ao ser manipulado por ação em linha, deslizando e cortando um tecido, provoca uma lesão cortante.

Comentários

CERTO

A questão está correta, mas é cabível recurso. O instrumento é cortante e a lesão é incisa, mas o professor Genival Veloso de França aceita a expressão lesão cortante.

QUESTÃO 116. A queimadura na pele produzida pela boca do cano de uma arma de fogo caracteriza o sinal de *Werkgaertner*.

Comentários

ERRADO

A questão está incorreta, mas é cabível recurso, pois o correto seria dizer que a queimadura na pele, nesse caso, pode ser produzida pelo desenho da boca e da massa de mira do cano (não seria somente a boca do cano).



Assim, os tiros encostados permitem deixar impresso na pele o chamado sinal de *Werkgaertner*, representado pelo desenho da boca e da massa de mira do cano, produzido por sua ação contundente ou pelo seu aquecimento.

No que concerne à cronotanatognose, julgue os itens que se seguem.

QUESTÃO 117. A presença de dípteros da espécie mosca doméstica, *Muscina stabulans* e *Calliphora vomitoria*, em um corpo encontrado em um matagal, indica tempo de morte estimado em três dias.

Comentários

ERRADO

A questão está incorreta, mas é cabível recurso, pois exige conhecimentos de Entomologia Forense. A primeira legião a surgir no cadáver é composta dos dípteros da espécie *Musca domestica*, *Muscina stabulans* e *Calliphora vomitoria*, cujo tempo de aparecimento é de 8 a 15 dias iniciando a marcha dos trabalhos até o aparecimento dos ácidos graxos.

QUESTÃO 118. A presença de cristais no sangue putrefeito, conhecidos como cristais de *Westenhoffer-Rocha-Valverde*, é constatada 24 horas depois da morte.

Comentários

ERRADO

A questão está incorreta. Os chamados cristais de *Westenhöffer-Rocha-Valverde* são lâminas cristaloides muito frágeis, entrecruzadas e agrupadas, incolores, que adquirem coloração azul pelo ferrocianeto de potássio, e castanha, pelo iodo, passíveis de ser encontradas a partir do 3.º dia no sangue putrefato, podendo, segundo Belmiro Valverde, permanecer no mesmo até 35 dias após a morte.

Em relação às lesões por ação térmica e por ação elétrica, julgue os itens a seguir.

QUESTÃO 119. O sinal de *Lichtemberg* corresponde ao ponto de contato da energia elétrica artificial com o corpo humano.

Comentários

ERRADO

A questão está incorreta. O sinal de *Lichtemberg* corresponde ao ponto de contato da energia elétrica natural com o corpo humano. As lesões externas tomam aspectos arboriformes, conhecida como sinal de *Lichtenberg*, procedente de vasomotores, podendo desaparecer com a sobrevivência. Podem surgir outras alterações, como queimaduras, hemorragias musculares, fraturas ósseas, etc.

QUESTÃO 120. De acordo com a classificação de *Lussena-Hoffman*, a presença de flictena e bolhas na pele (sinal de Chamber) caracteriza a queimadura de segundo grau.

Comentários

CERTO

A questão está correta, pois nas queimaduras de 2º Grau (sinal de *Chambert*), há um acúmulo de líquido abaixo da epiderme com formação de bolhas (flictenas). No ser vivo, as bolhas detêm um líquido seroso (plasma). No caso da queimadura “post mortem” não existe este líquido seroso nas flictenas.



QUESTÕES DISCURSIVAS

QUESTÃO 1. Conceitue os crimes de tráfico de influência e exploração de prestígio [valor: 6,00 pontos], abordando os seguintes aspectos:

1. semelhanças e diferenças entre os referidos crimes; [valor: 2,00 pontos]

2. momento de consumação dos delitos; [valor: 1,00 pontos]

3. enquadramento adequado caso o funcionário supostamente influenciado seja delegado de polícia. [valor: 0,50 pontos].

Comentários

A questão trata dos crimes de tráfico de influência e de exploração de prestígio.

O crime de tráfico de influência está previsto no art. 332 do Código Penal, com a seguinte redação: “Art. 332 - Solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função: Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa. Parágrafo único - A pena é aumentada da metade, se o agente alega ou insinua que a vantagem é também destinada ao funcionário”.

Por outro lado, o crime de exploração de prestígio está disposto no art. 357 do Código Penal, da seguinte forma: “Art. 357 - Solicitar ou receber dinheiro ou qualquer outra utilidade, a pretexto de influir em juiz, jurado, órgão do Ministério Público, funcionário de justiça, perito, tradutor, intérprete ou testemunha: Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa. Parágrafo único - As penas aumentam-se de um terço, se o agente alega ou insinua que o dinheiro ou utilidade também se destina a qualquer das pessoas referidas neste artigo”.

1. As semelhanças podem ser assim estabelecidas: Ambos os crimes se situam no Título XI do Código Penal, que trata “Dos Crimes Contra a Administração Pública”. Além disso, os crimes se configuram pela solicitação ou pelo recebimento/obtenção de vantagem a pretexto de influir em ato de terceiro. Outra semelhança é que ambos os crimes preveem causa de aumento, embora em patamares diferentes, no caso de o agente alegar ou insinuar a vantagem também se destina ao terceiro.

Por outro lado, as diferenças podem ser assim traçadas: O crime de tráfico de influência (art. 332, CP) se situa no Capítulo II, que trata “Dos Crimes Praticados por Particular Contra a Administração em Geral”; enquanto o crime de exploração de prestígio (art. 357, CP) está previsto no Capítulo III, que dispõe “Dos Crimes Contra a Administração da Justiça”.

O crime previsto no art. 332 do CP abrange as condutas “solicitar, exigir, cobrar ou obter”. De outro lado, o crime previsto no art. 357 do CP comporta as condutas “solicitar ou receber”, apenas”.

A diferença mais importante dos referidos crimes está na figura do terceiro a respeito do qual o agente afirma influir. No caso do tráfico de influência (art. 332, CP), a solicitação, exigência, cobrança ou obtenção de vantagem ou promessa de vantagem, o agente justifica influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função. Já no caso de exploração de prestígio (art. 357, CP), a solicitação ou recebimento de dinheiro ou qualquer outra utilidade o agente alega influir em juiz, jurado, órgão do Ministério Público, funcionário de justiça, perito, tradutor, intérprete ou testemunha.

2. O momento consumativo dos delitos, em razão da diversidade de ações nucleares, pode variar. No crime de tráfico de influência (art. 332, CP), para as condutas de “solicitar”, “exigir” e “cobrar”, o crime se consuma no momento em que o agente praticá-las, independentemente da obtenção da vantagem (crime formal). Todavia, caso a conduta praticada seja “obter”, tratar-se-á de crime material, consumando-se no momento em que o agente obtiver a vantagem.



Em relação ao crime de exploração de prestígio (art. 357, CP), a consumação também poderá ocorrer em dois momentos. Na conduta “solicitar”, o crime se consuma com o simples pedido, independentemente do aceite da vítima (crime formal). Já na ação de “receber”, a conduta se perfaz com o indevido enriquecimento do agente (crime material).

3. Tráfico de influência (art. 332, CP), uma vez que não consta “delegado de polícia” ou outro termo, como “autoridade policial” ou “policial”, no art. 357 do CP, que trata do crime de exploração de prestígio.

QUESTÃO 2. O Pacote Anticrime (Lei n.º 13.964/2019) tornou pública condicionada à representação da vítima a ação no crime de estelionato, que, antes, era pública incondicionada. Considerando a condição de procedibilidade, em que fatores intertemporais são afetados, redija um texto respondendo, de forma justificada, aos questionamentos que se seguem.

1. Como se posicionam os tribunais superiores acerca da aplicabilidade da nova norma aos fatos anteriores à sua vigência? [valor: 6,00 pontos]

2. Quais são os fundamentos desses entendimentos? [valor: 3,50 pontos].

Comentários

1. A Terceira Seção consolidou o entendimento das turmas criminais do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ao definir que a exigência de representação da vítima como pré-requisito para a ação penal por estelionato – introduzida pelo Pacote Anticrime (Lei 13.964/2019) – não pode ser aplicada retroativamente para beneficiar o réu nos processos que já estavam em curso. Assim, a exigência de representação no crime de estelionato não retroage a ações iniciadas antes do Pacote Anticrime.

2. Os fundamentos podem ser extraídos da própria ementa do HC n. 610.201/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, que serviu de Leading case:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO. ESTELIONATO. LEI N. 13.964/2019 (PACOTE ANTICRIME). RETROATIVIDADE. INVIABILIDADE. ATO JURÍDICO PERFEITO. CONDIÇÃO DE PROCEDIBILIDADE. WRIT INDEFERIDO.

1. A retroatividade da norma que previu a ação penal pública condicionada, como regra, no crime de estelionato, é desaconselhada por, ao menos, duas ordens de motivos.

2. A primeira é de caráter processual e constitucional, pois o papel dos Tribunais Superiores, na estrutura do Judiciário brasileiro é o de estabelecer diretrizes aos demais Órgãos jurisdicionais. Nesse sentido, verifica-se que o STF, por ambas as turmas, já se manifestou no sentido da irretroatividade da lei que instituiu a condição de procedibilidade no delito previsto no art. 171 do CP.

3. Em relação ao aspecto material, tem-se que a irretroatividade do art. 171, §5º, do CP, decorre da própria mens legis, pois, mesmo podendo, o legislador previu apenas a condição de procedibilidade, nada dispendo sobre a condição de prossequibilidade. Ademais, necessário ainda registrar a importância de se resguardar a segurança jurídica e o ato jurídico perfeito (art. 25 do CPP), quando já oferecida a denúncia.

4. Não bastassem esses fundamentos, necessário registrar, ainda, prevalecer, tanto neste STJ quanto no STF, o entendimento "a representação, nos crimes de ação penal pública condicionada, não exige maiores formalidades, sendo suficiente a demonstração inequívoca de que a vítima tem interesse na persecução penal. Dessa forma, não há necessidade da existência nos autos de peça processual com esse título, sendo suficiente que a vítima ou seu representante legal leve o fato ao conhecimento das autoridades." (AgRg no HC 435.751/DF, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 23/08/2018, DJe 04/09/2018).

6. Habeas corpus indeferido. (HC n. 610.201/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Terceira Seção, julgado em 24/3/2021, DJe de 8/4/2021.)



QUESTÃO 3. Um jornal eletrônico publicou matéria na Internet com críticas contundentes a um prefeito municipal do estado de Alagoas, na qual eram apontados indícios de fraude a licitação em um contrato do município, superfaturamento e desvio de verbas públicas, com base em fonte não identificada no texto.

O prefeito registrou ocorrência policial, na qual indicou o jornalista signatário da matéria como autor de crime contra a honra, e requereu que a polícia civil representasse em juízo pela imediata exclusão da página da Internet e pela proibição de que novas publicações fossem feitas sobre o assunto.

Considerando essa situação hipotética, redija um texto atendendo ao que se pede a seguir, à luz das normas constitucionais aplicáveis à comunicação social e do entendimento do Supremo Tribunal Federal

1. Discorra a respeito do papel da imprensa na divulgação, por meio de fonte não identificada, de possíveis atos ilícitos de autoridades. [valor: 4,00 pontos]

2. Responda, justificadamente, se é possível a caracterização de crime contra a honra em publicações jornalísticas. [valor: 2,50 pontos]

3. Explique se há cabimento de decisão judicial para proibir publicações potencialmente ofensivas à honra e de representação perante a autoridade policial para suprimir páginas jornalísticas da Internet. (valor: 3,00 pontos).

Comentários

1. A liberdade de informação e de imprensa são considerados direitos fundamentais de todos os cidadãos, assegurado pelo artigo 5º, inciso IX, da Constituição Federal, que resguarda, inclusive, o sigilo da fonte: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes: [...]XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional”.

Da mesma forma, o art. 220 da CF estabelece que “A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição”.

A publicação de matérias, por meio de fonte não identificada, pode autorizar a atuação dos órgãos de fiscalização e de investigação para a apuração da conduta. Quanto à investigação de eventuais crimes, sabe-se que a chamada denúncia anônima não é suficiente para justificar a instauração de Inquérito Policial. Todavia, ela pode servir de base válida à investigação e à persecução criminal, desde que haja prévia verificação de sua credibilidade em apurações preliminares, ou seja, desde que haja investigações prévias para verificar a verossimilhança da notícia criminis anônima (Inq n. 4.633/DF, Rel. Ministro Edson Fachin, 2ª T., DJe 8/6/2018). Assim, uma vez publicada matéria que denuncie condutas criminosas, decorrentes de fontes anônimas, cabe à autoridade policial verificar a procedência das informações e, uma vez confirmadas, mandar instaurar Inquérito Policial (art. 5º, §3º, CPP: “Qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública poderá, verbalmente ou por escrito, comunicá-la à autoridade policial, e esta, verificada a procedência das informações, mandará instaurar inquérito”).

2. É possível.

Embora a liberdade de informação e de imprensa sejam consideradas direitos fundamentais, incide sobre estes o princípio da relatividade – também conhecido como princípio da convivência das liberdades públicas –, de modo que referidos direitos não podem ser considerados de caráter absoluto.

Ademais, o direito à honra também possui status constitucional (art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a



inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”. Assim, caso a matéria jornalística tenha cunho calunioso, difamatório e/ou injurioso, poderá haver a responsabilização criminal do agente.

Inclusive, como forma de combater fake news, o pacote anticrime (Lei n. Lei nº 13.964/2019) criou novas causas de aumento para os crimes contra a honra, caso cometido mediante paga ou promessa de recompensa, ou divulgado em quaisquer modalidades das redes sociais da rede mundial de computadores. Com efeito, o art. 141, §2º, CP dispõe: “Art. 141 - As penas cominadas neste Capítulo aumentam-se de um terço, se qualquer dos crimes é cometido: [...]§ 1º - Se o crime é cometido mediante paga ou promessa de recompensa, aplica-se a pena em dobro. § 2º Se o crime é cometido ou divulgado em quaisquer modalidades das redes sociais da rede mundial de computadores, aplica-se em triplo a pena”.

3. Nos termos do art. 5º, inc. V, CF “é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem”. Atento à disposição constitucional, o legislador instituiu a Lei n. 13.188/2015, que dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social. Em análise à referida legislação, verifica-se que se resguarda o direito de resposta, bem como eventual indenização decorre da publicação ofensiva à honra, mas não a proibição de novas publicações e/ou a supressão de páginas jornalísticas na internet.

No que se refere ao “cabimento de decisão judicial para proibir publicações potencialmente ofensivas à honra”, o Supremo Tribunal Federal já se manifestou contrário, por configurar censura prévia. Conforme julgado, “A medida própria para a reparação do eventual abuso da liberdade de expressão é o direito de resposta e não a supressão liminar de texto jornalístico, antes mesmo de qualquer apreciação mais detida quanto ao seu conteúdo e potencial lesivo” (A G .Reg. na Reclamação n. 28.747 – PR. Rel. do acórdão: Min. Luiz Fux).

No que tange à “representação perante a autoridade policial para suprimir páginas jornalísticas da Internet”, sabe-se que a autoridade policial não detém a prerrogativa de suprimir páginas jornalísticas da internet. Todavia, a depender do contexto da prática delitiva, é possível que o Delegado de Polícia represente pela medida cautelar diversa da prisão estabelecida no art. 319, inc. VI, CPP: “São medidas cautelares diversas da prisão: [...] VI - suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira quando houver justo receio de sua utilização para a prática de infrações penais”.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que tenham gostado do material.

Bons estudos!

Para qualquer dúvida, crítica ou sugestão, entre em contato pelos seguintes canais:



E-mail: yasmin.ushara@estrategia.com / thiago.carvalho@estrategia.com



Instagram: [estrategiacarreirajuridica](https://www.instagram.com/estrategiacarreirajuridica) / [yasminushara](https://www.instagram.com/yasminushara)

